

**Ana Rita Marques Marinho Hierro Lopes**

**Salvaguada do património: classificação e comunicação.**

**Relatório de estágio na DRCN.**

Relatório de estágio realizado no âmbito do Mestrado em História da Arte Portuguesa,  
orientada pela Professora Doutora Maria Leonor César Machado de Sousa Botelho  
e coorientada pelo Doutor David José Ferreira (DRCN)

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2015



*Ao meu irmão, Luís.*



## Sumário

Agradecimentos.....	7
Resumo.....	8
Abstract.....	9
Índice de ilustrações.....	10
Índice de tabelas.....	12
Índice de gráficos.....	13
Lista de abreviaturas e siglas.....	14
Introdução.....	15
1. Capítulo 1 – O caminho para a proteção do património.....	18
1.1 Momentos chaves da proteção e salvaguarda do património cultural português.....	18
1.2. A Legislação.....	25
1.3. Instituições.....	30
2. Capítulo 2 – Tendências de classificação do património edificado.....	35
2.1. Tendências dos imóveis em vias de classificação.....	37
2.2. Tendências de classificação do património edificado entre 2000 a 2014.....	37
2.2.0. Metodologia.....	37
2.2.1. Dados recolhidos.....	38
2.3. Tendências de processos em vias de classificação entre 2000 a 2014.....	44
2.4. Considerações.....	45
2.5. Critérios.....	51
2.6. Processos de classificação de Monumento Nacional e de Imóvel de Interesse Público ..	53
3. Capítulo 3 - O <i>Site</i> da DRCN.....	59
3.0. Metodologia.....	59
3.1. Glossário.....	59
3.2. Importância dos meios digitais para o património.....	63
3.3. O <i>site</i> anterior.....	66
3.4. O novo <i>site</i> da DRCN.....	67
3.4.1. Origem.....	67
3.4.2. Estrutura.....	68
3.5. Tarefas desenvolvidas.....	88

3.6. Aspectos gráficos .....	88
3.7. Estatísticas .....	94
3.8. Opinião e sugestões .....	94
Conclusão ou Considerações finais .....	97
Referências bibliográficas .....	99

## Agradecimentos

A minha primeira palavra de apreço dirige-se aos professores do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em especial para a Professora Doutora Lúcia Rosas, que contribuíram para o meu percurso académico entre 2010 e 2015.

De seguida, cabe-me agradecer à Direção Regional de Cultura do Norte por me ter acolhido e me possibilitar a realização do estágio curricular que deu origem a este relatório.

À Professora Doutora Maria Leonor Botelho agradeço por ter aceitado orientar este projeto e por sempre ter demonstrado, desde o início, o maior interesse pelo seu desenvolvimento. Obrigado pela motivação, pela ajuda e pelas oportunidades que me proporcionou ao longo do mestrado mas também pelas aulas da licenciatura, que me maravilharam e acabaram por me conduzir para a área do património. Ao Doutor David Ferreira, agradeço os conhecimentos e as experiências que partilhou comigo ao longo deste trajeto iniciado em setembro de 2014. O seu empenho e constante motivação foram elementos-chaves nos momentos em que o caminho parecia mais difícil.

Aos colegas de trabalho e restantes funcionários da DRCN, que sempre se disponibilizaram para me ajudar quando necessário. Obrigado à Dr.ª Maria João pela sua pronta ajuda com a bibliografia.

À minha família: pais, Lela, avós, tio. Obrigado por, desde criança, incentivarem a criatividade dentro de mim e por, mais tarde, terem compreendido a minha escolha na área das artes. Agradeço também por tornarem possível a minha formação e por todos os esforços que fizeram para que eu tenha chegado onde hoje estou. Ao meu irmão, por fazer de mim uma pessoa melhor. Dedico-te este bocadinho de mim.

Obrigado aos amigos, Inês, Pedro, Sofia, João, Ricardo, vocês são tantos... Vocês que me ouviram nos momentos mais frustrantes e que me faziam constantemente a pergunta da praxe: “Isso já está acabado?”. Obrigado João, por não me teres deixado desanimar nos momentos menos bons e por me apoiares incondicionalmente em tudo o que faço.

Há ocasiões em que as palavras parecem não chegar para exprimirmos aquilo que sentimos, esta é uma delas. Ao longo destes dois últimos anos a quantidade de pessoas que se prestaram para me ajudar é incrível, por isso, a todos aqueles que possa não ter mencionado, o meu sincero obrigado.

## Resumo

A partir do tema "Salvaguarda do património: classificação e comunicação" pretendemos refletir sobre dois importantes passos da proteção do património. Com a realização de um estágio curricular na Direção Regional de Cultura do Norte, os objetivos deste relatório passam por entender o funcionamento dos processos de classificação do património edificado e os seus trâmites legais, através da sua consulta e instrução; atualizar o estudo das tendências de classificação com dados dos últimos 14 anos e, por fim, refletir sobre a importância que as estratégias de comunicação têm para esta instituição administrativa, de maneira a transmitir informações dos seus serviços, identificar a sua missão, áreas de atuação e competências e, ao mesmo tempo, despertar o interesse pelo património via *online*.

Como contributo científico, este relatório pretende trazer para a história da arte um estudo atualizado sobre os processos de classificação do património arquitetónico, confrontado a teoria com a prática e um novo olhar sobre as tendências de classificação do património edificado nos últimos 14 anos na região norte do país, indicando o que mais tem sido classificado e o porquê. Para além disso, analisamos as estratégias de comunicação da DRCN e mais especificamente o processo de construção do seu novo *site* da qual fizemos parte e que nos permitiu conhecer esta instituição, uma das mais relevantes e ativas do setor cultural na região norte.

**Palavras-chave:** património, DRCN, classificação, legislação, comunicação



## **Abstract**

On the theme “Heritage safeguard: classification and communication”, we intend to reflect on two important steps of heritage protection. By doing an intership at the Northern Cultural Regional Directorate, the goals of this report are to understand how the classification processes of the built heritage and its legal procedures function, through its consultation and instruction; to update the study of the classification trends with data from the last 14 years and, finally, to reflect about the importance that communication strategies have on this administrative institution in order to transmit information of their services, to identify their mission, areas of expertise and competences, and, at the same time, to grow the interest for heritage via online.

As a scientific contribution, this report aims to bring to art history an updated study of the architectural heritage classification processes, confronting theory with practice and a fresh look at the classifications trends in the northern region of Portugal, indicating what has been most classified and why. Furthermore, we analyze the communication strategies of the Northern Cultural Regional Directorate and more specifically the construction process of their new website in which we were part and that allowed us to know this institution, one of the most relevant and active in the cultural sector in the region.

**Keywords:** heritage, DRCN, classification, legislation, communication

## Índice de ilustrações

Ilustração 1 - Excerto de "Monumentos Patreos", tomo II dos "Opúsculos"

Ilustração 2 - *Backoffice*

Ilustração 3 - *Banners*

Ilustração 4 – *Bullets*

Ilustração 5 - *Frontoffice*

Ilustração 6 - *Homepage*

Ilustração 7 - *Layout*

Ilustração 8 - *Site* anterior

Ilustração 9 - Organização dos menus

Ilustração 10 - Campos sem informação

Ilustração 11- Divisão de "Património Cultural"

Ilustração 12 - Divisão de "Promoção e dinamização cultural"

Ilustração 13 - Submenus de "Serviços" I

Ilustração 14 - *Layout* de "Património a Norte" I

Ilustração 15 - *Layout* de "Património a Norte" II

Ilustração 16 - Espaço "Património a Norte"

Ilustração 17 - Submenus de "Notícias" I

Ilustração 18 - Submenus de "Vídeos"

Ilustração 19 – Informação útil no *backoffice* e no *frontoffice*

Ilustração 20 - Edição em *backoffice* dos dados

Ilustração 21 - Mapa com coordenadas GPS e ligação ao Google Maps da Casa das Artes

Ilustração 22- Menu para inserir hiperligações

Ilustração 23 - *Banner* colocado no sub menu "Trabalhos arqueológicos"

Ilustração 24 - Painel rotativo da *homepage*

Ilustração 25 - *Instagram* do Turismo de Portugal

## **Índice de tabelas**

Tabela 1- Instituições da gestão do património cultural

Tabela 2 - Distribuição de classificações por distrito, ano e grau

Tabela 3 - Distribuição de classificações por ano

Tabela 4 - Divisão de arquitetura habitacional

Tabela 5 - Trâmites do procedimento de classificação

Tabela 6 - Organização dos menus do site

Tabela 7 - Submenus de "Gestão"

Tabela 8- Submenu de "Emissão de pareceres"

Tabela 9 - Submenus de "Apoios à produção artística"

Tabela 10 - Submenus de "Serviços" II

Tabela 11 - Submenus de "Notícias"

Tabela 12 - Submenus de "Documentos e multimédia"

Organigrama 1 - Organização da DRCN

Organigrama 2- Divisão do património cultural

## **Índice de gráficos**

Gráfico 1 - Graus de classificação entre 2000 e 2014

Gráfico 2 - Classificações por ano

Gráfico 3 - Classificações por distrito

Gráfico 4 - Tipologias de classificação

Gráfico 5 - Distritos com processos em vias de classificação

Gráfico 6 - Tipologias dos processos em vias de classificação

Gráfico 7 - Diferença entre a linguagem erudita e a vernacular

Gráfico 8 - Diferença entre áreas de classificação

## **Lista de abreviaturas e siglas**

DGEMN – Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DRCA - Direção Regional de Cultura do Alentejo

DRCN - Direção Regional de Cultura do Norte

DGPC - Direção-Geral do Património Cultural

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

I.I.P. – Imóvel de Interesse Público

IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico

IPPAR - Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico

IPPC – Instituto Português do Património Cultural

M.N. – Monumento Nacional

RAACAP – Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses

SEC - Secretário de Estado da Cultura

SRA – Serviços Regionais de Arqueologia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## Introdução

O presente trabalho, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto no âmbito do Mestrado em História da Arte Portuguesa, é o resultado final do estágio curricular realizado na Direção Regional de Cultura do Norte, entre setembro de 2014 e maio de 2015.

O tema escolhido para este relatório surgiu devido ao nosso gosto pessoal pela área de estudo da gestão do património. Apesar de inicialmente nos termos dispersado em vários temas, sabíamos que não iríamos conseguir escapar à vontade de desenvolvermos o nosso conhecimento neste âmbito. Após uma profunda reflexão, entendemos que o que nos interessava era o início do caminho: como se classifica património e porque é que o fazemos?

Atualmente, o património gera cada vez mais atenção por parte da opinião pública e, com o crescente interesse pelo turismo cultural, torna-se essencial que as entidades que tutelam o património façam uma boa gestão dos seus recursos. O património não deve ser pensado como um produto turístico, mas em primeiro lugar como um suporte de memória e identidade. Se salvaguardarmos essa dimensão, potenciamos também a sua utilização económica.

Por esses motivos, decidimos realizar um estágio na Direção Regional de Cultura do Norte, que nos desse ferramentas e potencializasse os nossos conhecimentos sobre os processos de classificação, para tentarmos responder às nossas próprias questões.

A opção pela realização de um estágio curricular nasceu da vontade de adquirirmos competências técnicas e de obtermos experiência de trabalho na área de estudo. Já o local escolhido, a DRCN, justifica-se pela sua ligação com o património do norte do país e, ao mesmo tempo, por ser a instituição territorialmente competente para instruir processos de classificação, visto que este inicialmente era o nosso principal objeto de estudo.

Quando o plano de estágio foi traçado, estavam previstas duas grandes tarefas. A primeira, que seria mais alongada, focava-se na compreensão dos processos de classificação de património cultural. A segunda tratava-se de apoiar a instituição na construção do seu novo *site* institucional. No entanto, este plano alterou-se de uma maneira significativa. Após sugestão dos nossos orientadores, resolvemos dar continuidade a um estudo realizado pelo Dr. Miguel Rodrigues em 2006 intitulado de “*A proteção do património Arquitetónico e Arqueológico: evolução Administrativa e Concetual*” sobre as tendências de classificação do século XX, alargando assim o período contemplado até 2014. Da mesma maneira, e correspondendo às necessidades da DRCN, a tarefa relacionada com o *site* foi-se tornando mais complexa, deixando de ser uma experiência unicamente mecânica, mas também um processo de reflexão sobre a própria instituição e os seus serviços, o qual passou pela produção de conteúdos, pelo *design* e organização dos espaços do *site* e pelas sugestões que oportunamente foram

feitas.

Os grandes objetivos quer para o estágio, quer para o relatório, dividiram-se então em:

- 1) Entender o funcionamento dos processos de classificação e os trâmites legais, confrontando os conceitos teóricos com a prática;
- 2) Atualizar o estudo sobre as tendências de classificação do património edificado;
- 3) Perceber a importância que as ferramentas de comunicação podem assumir para uma instituição administrativa, aferindo de que maneira é que o património deve ser difundido para o público não especializado.

O estágio iniciou-se a 1 de setembro de 2014 e terminou a 30 de abril de 2015, totalizando mais de 700 horas de trabalho. Este estágio curricular foi realizado em ambiente de trabalho normal nas instalações da DRCN no Porto, mais concretamente, na Casa de Ramalde.

Tendo em conta os objetivos acima mencionados, e procurando abordar de forma sustentada os dois campos de atuação do nosso estágio curricular (classificação e *site*), e também por uma questão metodológica, organizámos o presente relatório em 2 partes distintas.

A primeira parte deste relatório aborda em 2 capítulos os processos de classificação de património cultural e às tendências de classificação. O primeiro capítulo “O caminho para a proteção do património”, centra-se sobre os momentos-chaves para a salvaguarda do património cultural nacional desde o alvará de D. João V (1706-1750), publicado em 1721, até à atualidade. Neste capítulo queremos sistematizar o enquadramento legal relacionado unicamente com a classificação de património cultural, quais os momentos históricos que definiram a salvaguarda do património português, e para finalizar, apresentamos um quadro síntese com informações sobre as instituições portuguesas que tiveram competências relacionadas com a classificação. Em termos metodológicos, este capítulo baseou-se num estudo das principais referências bibliográficas sobre a matéria, bem como da análise da documentação jurídica produzida neste âmbito, que nos permitiram consolidar os nossos conhecimentos relativos aos conceitos basilares e aos princípios jurídicos para depois serem postos em prática ao longo de todo o relatório.

O segundo capítulo “Tendências de classificação do património edificado” é, como já mencionado, uma atualização de um estudo feito pelo Dr. Miguel Rodrigues, “*A proteção do património Arquitetónico e Arqueológico: evolução Administrativa e Concetual*”. Com esta renovação da informação procuramos demonstrar se houve uma evolução nos critérios de avaliação aplicados, mais concretamente ao nível das tipologias, dos graus de classificação e das suas cronologias. Metodologicamente, baseamo-nos no mesmo artigo, para a criação de gráficos e tabelas para auxiliar a compreensão dos dados registados. Foram analisados no total 226 processos de classificação através



do antigo sistema de informação do IPPAR. Este processo de consulta e análise foi agilizado pelo fato de termos realizado o estágio curricular na DRCN.

Já na segunda parte deste relatório de estágio é abordada toda a questão da construção do *site* da DRCN. Queremos demonstrar, primeiramente, a importância que os novos meios digitais têm nos planos de comunicação das instituições relacionadas com a cultura. De seguida, desejamos traçar o histórico do *site* da DRCN, através de uma comparação da versão antiga com a mais recente, mencionando os aspetos mais técnicos da plataforma de introdução de dados. Com a finalidade de facilitar a compreensão da linguagem e dos termos específicos utilizados neste capítulo, iniciamos o mesmo com um glossário ilustrado. Este glossário foi construído através da nossa experiência prática no *site*.

Gostaríamos mais uma vez de salientar a diferença metodológica entre as duas partes deste relatório. Se por um lado a primeira parte reflete um estudo fundado numa bibliografia específica e num conjunto de documentos jurídicos que contribuíram para incrementar os nossos conhecimentos, esta segunda parte resultou da experiência prática. A falta de bibliografia característica para os assuntos abordados acabou por condicionar a nossa reflexão sobre esta experiência em contexto laboral. Todavia, foi criado um conhecimento sobre a instituição através do contexto do mundo de trabalho e sobre as novas tecnologias por ela usada.

Ana Hierro

26 de Setembro de 2015

# Capítulo 1 – O caminho para a proteção do património

## 1.1. Momentos chave da proteção e salvaguarda do património cultural português

Desde o início do século XIX que Portugal se tentou afirmar na proteção do que entendemos hoje por património cultural, mas atualmente é possível recuarmos ainda mais no passado e encontrarmos momentos que foram um embrião da salvaguarda do nosso património.

No caso português, o primeiro momento decisivo para o aumento da consciencialização sobre património foi a publicação do alvará de D. João V (1706-1750) de 20 de agosto de 1721<sup>1</sup>. Este alvará incumbe a Academia Real de História de inventariar e conservar “*os Monumentos antigos que havia e fe podiaõ deicobrir no Reyno, dos tempos em que nelle dominaraõ os Phenices, Gregos, Penos, Romanos, Godos & Arábios*”<sup>2</sup>. Apesar de não incluir a palavra *classificação*, este alvará reforça ainda a necessidade de salvaguarda dos monumentos portugueses:

*“que nenhuma peffoa de qualquer eftado, qualidade & condição que feja desfaça  
ou deftrua em todo, nem em parte qualquer edifício que mostre fer daquelles  
tempos, ainda que em parte esteja arruinado”*<sup>3</sup>.

Outro momento determinante que começa a ser afirmado pelos investigadores é o Terramoto de 1755. Como referem Madalena Costa Lima e Paulo Simões Rodrigues, “*a destruição de antiguidades e monumentos levava à tomada de medidas de proteção*”<sup>4</sup> e “passam a fazer parte do conjunto de bens, principalmente, obras de arte e edifícios, que merecem ser protegidos... dos acidentes naturais, cuja fragilidade material foi exposta pela ruína causada pelo terramoto”<sup>5</sup>.

Outro momento que consideramos importante para o devir do património português foi a extinção das Ordens Religiosas em 1834, que conduziu à expropriação a favor do Estado do seu património imóvel e móvel integrado<sup>6</sup>. É de salientar que por então não havia nenhum órgão do Estado ou associação que zelasse pela proteção e conservação dos bens culturais. Várias personalidades se

---

<sup>1</sup> SILVA, Maria João Torres – *Os monumentos nacionais em Portugal de 1910 à atualidade: definição legal e atos de classificação* in *De Viollet-Le-Duc à Carta de Veneza, Livro de Atas*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2014.

<sup>2</sup> LOPES, Flávio – *Informar para proteger*. Lisboa: SEC, 1994. p. 7

<sup>3</sup> *Ibidem*

<sup>4</sup> RODRIGUES, Paulo Simões – *O terramoto e a génese da consciência do património em Portugal in 1755: Catástrofe, Memória e Arte*. FLUL: Edições Colibri, 2006.253

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 252

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 253

insurgiram contra este fato, como Almeida Garrett<sup>7</sup> (1799-1854) e Alexandre Herculano (1810-1877) que alertaram para a necessidade de uma legislação protetora do património<sup>8</sup>. Alexandre Herculano foi autor de vários textos pioneiros para o crescente movimento de salvaguarda do património português<sup>9</sup>. O autor escreve quatro textos sobre monumentos, o seu conceito e valores publicando-os na revista “*O Panorama*”, entre 1838 e 1839. Já entre 1872 e 1873, Herculano reformula os textos e insere-os nos “*Opúsculos*”, dando-lhes o nome de “*Monumentos Patreos*”<sup>10</sup>. Este assunto é abordado por Lúcia Rosas na sua tese de doutoramento “*Monumentos Patreos*”, em que ressalva a importância desta matéria. Nestes textos é possível observar a veia crítica de Herculano em afirmações como: “*Arrasados, pois, os muros reconstruídos pelo rei labrador, apagados os últimos vestígios dos paços dos nossos primeiros monarchas, raspado e serapintado o interior da igreja de Santa Maria, Guimarães, em vez de ficar antiga, ficará velha garrida*”. E ainda: “*Que uma lei salvadora aposente de vez os picões e alviões e alavancas que tantas esculturas tem roçado, tantas campas profanado, tantas columnas quebrado e tantas torres, muros, ameias, campanarios, galilés derribado e desfeito*”.

---

<sup>7</sup> NETO, Maria João – *Memória, propaganda e poder: o restauro dos monumentos nacionais (1929-1960)*. Porto: FAUP, 2001. p. 67

<sup>8</sup> ROSAS, Lúcia Maria Cardoso – *Monumentos Patreos: a arquitectura religiosa medieval - património e restauro (1835-1928)*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, 1º vol., p. 18.

<sup>9</sup> LOPES, Flávio – *Informar para proteger*. Lisboa: SEC, 1994. p. 6

<sup>10</sup> ROSAS, Lúcia Maria Cardoso – *Monumentos Patreos: a arquitectura religiosa medieval - património e restauro (1835-1928)*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, 1º vol. p. 12

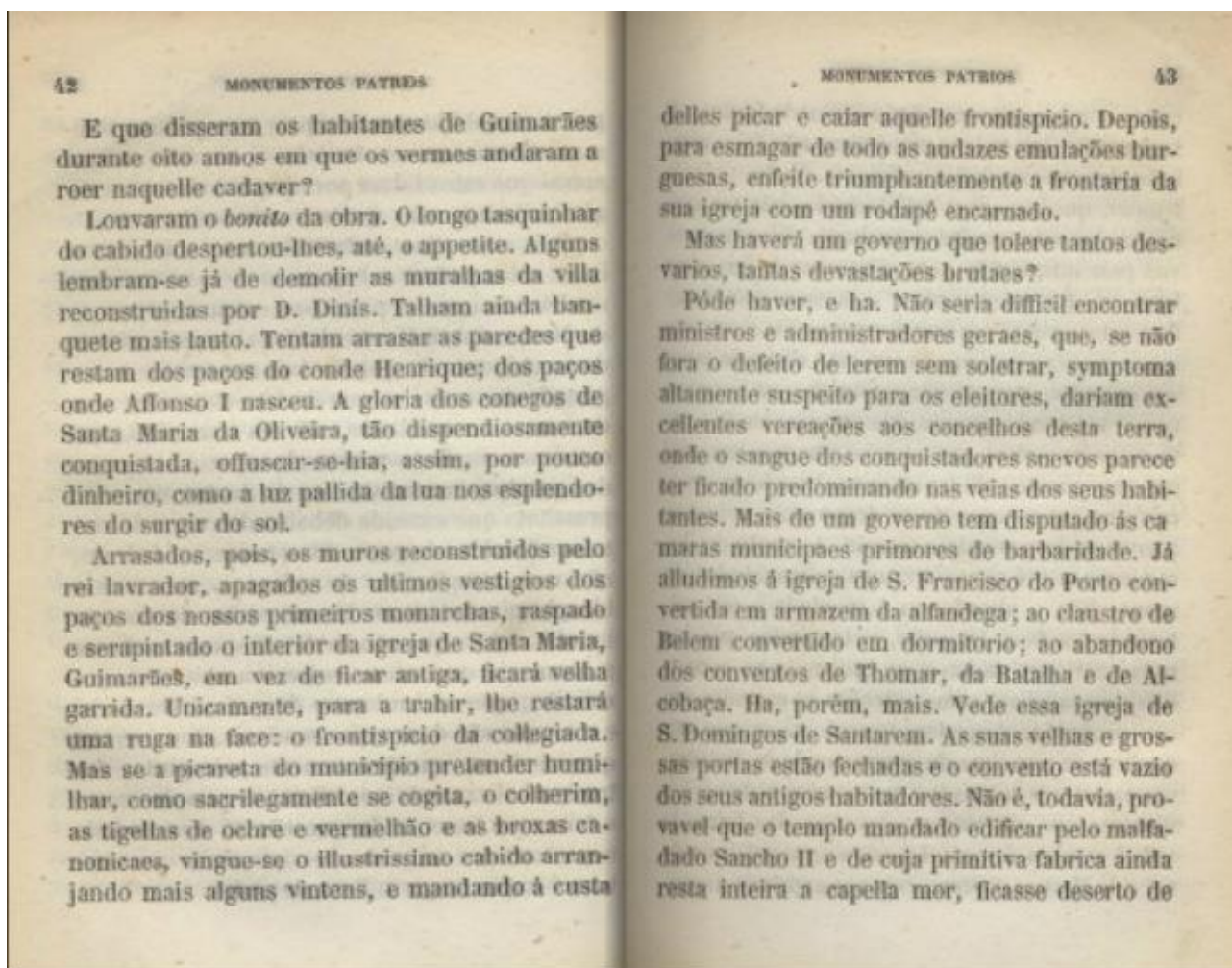


Ilustração 1 - Excerto de "Monumentos Patreos", tomo II dos "Opúsculos"<sup>11</sup>.

Todavia, com os bens imóveis a serem expropriados, resultado da extinção das Ordens Religiosas, houve a necessidade de se criar meios para a proteção dos bens que "*mereçam ser conservados como primores da arte ou como Monumentos históricos de grandes feitos, ou de Épocas Nacionais*"<sup>12</sup>, o que representava uma tentativa de salvaguarda patrimonial dos mesmos e não uma preocupação económica do reino.

Posto isto, surge em 1863 a Associação dos Arquitetos Cívicos Portugueses, depois denominada Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses (RAACAP)<sup>13</sup>, presidida por Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896)<sup>14</sup>, com o objetivo de assumir um papel interventivo

<sup>11</sup> Os "Opúsculos" estão disponíveis online, no site da Biblioteca Nacional de Portugal, através do link: [http://purl.pt/718/3/p-5638-p/p-5638-p\\_item3/index.html#/42](http://purl.pt/718/3/p-5638-p/p-5638-p_item3/index.html#/42). Última consulta no dia 3 de julho, pelas 14h41.

<sup>12</sup> Collecção Official de Legislação Portuguesa, 1835, p. 119

<sup>13</sup> Em 1911, depois da criação da Sociedade dos Arquitetos Portugueses, a Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses dá lugar à Associação Portuguesa de Arqueólogos. Para mais informações consultar: <http://www.aparqueologos.org/>.

<sup>14</sup> O percurso pioneiro de Possidónio da Silva pode e deve ser comparado com o de François Guizot, político e historiador francês, pois a situação de Portugal e França, ainda que a níveis cronológicos distintos, se assemelha,

no âmbito da arquitetura que então se fazia<sup>15</sup>. No ano de 1880, a RAACAP redige um relatório, a pedido do Ministério das Obras Públicas, sobre quais os edifícios deveriam ser considerados monumentos nacionais e divide-os em 6 grupos: obras-primas de arquitetura e da arte portuguesa, edifícios com significado para o estudo da história das artes, monumentos militares, estatuária, padrões e arcos comemorativos e monumentos pré-históricos<sup>16</sup>. Este momento é a primeira seleção sistemática, uniforme e de alcance nacional dos bens imóveis que deviam ser classificados e necessitavam de ser protegidos, algo que seria reafirmado mais tarde, em 1910, como iremos ver.

A primeira definição legal de monumento nacional surge no ano de 1894, assumindo-se com a primeira tentativa de descrever o que seria um monumento nacional. Esta definição encontra-se na Portaria de 27 de fevereiro de 1894, como descrito no próximo subcapítulo.

Com o início do século XX, surge o ato de classificar<sup>17</sup>, mais concretamente com o decreto de 24 de outubro de 1901. Este decreto é o primeiro enquadramento legal português do património, que demonstra a viragem da legislação que nos acompanha até hoje, concreta e sem margem para segundas interpretações.

Como explicaremos também no próximo subcapítulo, o ano de 1906 é um ano fulcral para a classificação. É neste ano que se formaliza a primeira classificação no nosso país com a classificação do Castelo de Elvas<sup>18</sup>, sendo acompanhada no mesmo ano por mais 14 outras classificações: Mosteiro da Batalha, Mosteiro dos Jerónimos, Convento de Cristo, Mosteiro de Alcobaça, Convento de Mafra, Sé Velha de Coimbra, Sé da Guarda, Sé de Lisboa, Sé de Évora, Igreja de Santa Cruz de Coimbra, Basílica do Coração de Jesus, Torre de São Vicente, Ruínas do Templo Romano e Ruínas da Igreja do Carmo.

Quatro anos mais tarde, são classificados os restantes imóveis selecionados pela RAACAP no seu relatório elaborado em 1880. Esta grande classificação do ano de 1910 reflete dois aspetos. Em primeiro lugar, o alargamento do conceito de património<sup>19</sup>, devido às variadas tipologias que compõe a lista selecionada. Em segundo lugar, a posição do Estado, que parece finalmente compreender a importância da classificação e que assume haver todas as condições necessárias para, 30 anos depois do pedido à RAACAP, criar leis, instituições e critérios para a proteção do património.

---

como nos relata Françoise Choay na sua obra *"Alegoria do Património"*. Guizot cria legislação para o património e mais tarde o posto de Inspetor General dos Monumentos Históricos, entre outros contributos. Sobre Possidónio da Silva vide MARTINS, Ana Cristina – *Possidónio da Silva (1806-1896) e o Elogio da Memória. Um percurso na Arqueologia de Oitocentos. Arqueologia & História – Monografias*. Lisboa: Edição da Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2003.

<sup>15</sup> ROSAS, Lúcia Maria Cardoso – *Monumentos Patreos: a arquitetura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, p. 104

<sup>16</sup> LOPES, Flávio – *Informar para proteger*. Lisboa: SEC, 1994, p. 8

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 9

<sup>18</sup> *Ibidem*

<sup>19</sup> *Ibidem*

A 30 de abril de 1929, e pelo decreto nº 16.791, a repartição dos monumentos nacionais do Ministério da Instrução Pública, organismo responsável do Estado dessa área, é extinta para dar lugar à mais influente instituição do século XX para o património imóvel, a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). A DGEMN manteve-se ativa até 2007 e teve como uma das principais missões a realização de obras nos monumentos classificados, sendo alvo de grandes críticas em relação aos restauros realizados da década de 40. Maria João Neto explica, em *“Memória, Propaganda e Poder”*, o desenvolvimento desta instituição e analisa a ação deste organismo<sup>20</sup>. Todavia, o que é importante retermos desta obra é a influência da DGEMN como instituição que nasceu na ideologia do Estado Novo<sup>21</sup>, tendo em seu poder durante largos anos o restauro de todo o património imóvel português. Esta ideologia ia beber dos valores nacionais que mais tarde iriam dar origem a *“Deus, Pátria e Família”*<sup>22</sup>, os três grandes pilares para António Oliveira Salazar (1889-1970). No caso do património, os monumentos nacionais eram usados como a imagem de uma nação orgulhosa e os restauros realizados deveriam espelhar a ideia de um país moral e materialmente restaurado<sup>23</sup>.

Os monumentos nacionais representavam para Salazar a glória dos tempos passados e, como tal, não deveriam estar em estado de ruína. A atuação da DGEMN baseava-se na tentativa de devolver aos bens imóveis, preferencialmente medievais, o seu aspeto original, descartando os elementos adicionados ao longo dos tempos<sup>24</sup>. Esta preferência pelo medieval justifica-se pelos acontecimentos e personagens marcantes associados aos monumentos<sup>25</sup>, localizados no norte do país. Como defendem Miguel Tomé e Maria Leonor Botelho, esta eleição justifica-se ainda pela possibilidade que estes edifícios ofereciam para serem *“aplicadas diretrizes específicas e comuns”*<sup>26</sup> e *“porque se prestavam mais à materialização dos seus conceitos de restauro”*<sup>27</sup>. Estes autores afirmam também que naturalmente não foram só selecionados monumentos medievais, mas também imóveis da idade moderna, como por exemplo, a Matriz de Freixo-de-Espada à Cinta<sup>28</sup>.

---

<sup>20</sup> NETO, Maria João – *Memória, propaganda e poder: o restauro dos monumentos nacionais (1929-1960)*. Porto: FAUP, 2001. p. 14

<sup>21</sup> O Estado Novo foi o regime político português que vigorou entre 1933 e 1974, culminando na Revolução de 25 de abril.

<sup>22</sup> NETO, Maria João – *Memória, propaganda e poder: o restauro dos monumentos nacionais (1929-1960)*. Porto: FAUP, 2001. p. 140

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 143

<sup>24</sup> *Ibidem*, 236

<sup>25</sup> BOTELHO, Maria Leonor – *A Historiografia da Arquitetura da Época Românica em Portugal (1870-2010)*. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010, p. 338.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 339.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 344.

<sup>28</sup> Cfr. BOTELHO, Maria Leonor – *A Historiografia da Arquitetura da Época Românica em Portugal (1870-2010)*. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010, p. 344 e TOMÉ, Miguel Jorge B. Ferreira – *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP Publicações, 2002, p. 21

Naturalmente que a DGMEN foi alvo de críticas mas, ainda assim, o modelo de restauro e intervenção desta instituição deve tentar ser entendido à luz dos conceitos e práticas da época. Raul Lino (1879-1974), arquiteto da DGEMN, foi uma das figuras que se opôs veemente a esta política de restauro<sup>29</sup>, afirmando que “a preocupação da pureza do estilo foi a desgraça de muitos monumentos”<sup>30</sup>.

É também interessante sublinhar que Maria João Neto ressalva a crescente importância que a história da arte ganha nesta cronologia<sup>31</sup>, sendo um fator crucial para o entendimento dos monumentos nacionais.

A partir do ano de 1931, começam a surgir as primeiras cartas internacionais sobre património, devido a perda e à destruição do pós-guerra<sup>32</sup>. A primeira, a Carta de Atenas de 1931, originada pelo Congresso em Atenas (21 a 30 de outubro de 1931) fala-nos sobre restauro de monumentos e teve o seu impacto em Portugal, passando-se a usar novos materiais de restauro como o betão armado<sup>33</sup>. Alguns dos pontos debatidos na carta foram também convertidos para o Decreto-Lei n.º 20.925, de 7 de março de 1932, que abordaremos no próximo capítulo. Todavia, foram esquecidos os principais contributos desta carta e isto reflete em muito os restauros que foram realizados pela DGEMN. Como afirma José Custódio<sup>34</sup>:

“...se em Atenas cada caso de estudo tinha a sua especificidade própria (...), em Portugal caminhava-se para a valorização das doutrinas e o módulo das orientações técnicas, que H. Gomes da Silva fez aprovar no I Congresso da União Nacional (outubro de 1934), em vez de se dar o primado à conservação e ao modo experimental de intervenção aplicado a cada caso único. No património implantava-se a ditadura do «poder de espírito» nivelando-o pela ideologia”.

Outra carta que foi de extrema importância foi a Carta de Veneza, de 1964, resultado do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, no qual Portugal esteve presente e representado pelo arquiteto Luís Benavente (1902-1993), assinando a Carta como um dos seus redatores. É também por causa deste evento que é criada a ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

---

<sup>29</sup> BOTELHO, Maria Leonor – *A Historiografia da Arquitetura da Época Românica em Portugal (1870-2010)*. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010, p. 354.

<sup>30</sup> LINO, Raul – *A propósito da Sé do Funchal. A Restauração de monumentos*. Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1941, vol. IX. Op. Cit. p. 9-10

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 102

<sup>32</sup> FERREIRA, David – *O património cultural na Avaliação de Impacte Ambiental em Portugal*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014, p. 145

<sup>33</sup> CUSTÓDIO, Jorge (coord.) - *100 anos de património: memória e identidade: Portugal 1910-2010*. Lisboa: Instituto do Património Arquitetónico e Arqueológico, 2010. p. 134

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 135

Os grandes contributos desta carta, para além do novo conceito de autenticidade, são:

*“a amplificação do conceito de «monumento», o objeto da conservação passar a englobar «(...) não só as criações arquitetónicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais(...)», maior cuidado com a qualificação e preservação das envolventes dos objetos classificados, adequação dos programas às especificidades do monumento recusando implicitamente o seu invernócio, defesa da reconhecibilidade e da reversibilidade das intervenções contemporâneas”<sup>35</sup>.*

Todavia, o nosso país demora a incutir estes novos contributos na maneira de realizar os restauros nos nossos monumentos.

Após o 25 de abril de 1974, o Estado realiza alterações orgânicas na administração pública, em que o objetivo foi passar as competências da gestão do património cultural para a tutela da cultura, algo inovador na democracia portuguesa. Este assunto é abordado no próximo capítulo, consagrado à Legislação.

Em 1979<sup>36</sup>, pelo Decreto-Lei n.º 49/79, de 6 de junho, Portugal adota a Convenção para a Salvaguarda do Património Mundial Cultural e Natural<sup>37</sup> e 3 anos depois são classificados como Património Mundial o Centro Histórico de Angra do Heroísmo, o Mosteiro da Batalha, o Convento de Cristo, o Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém. Atualmente, Portugal tem 15 sítios reconhecidos como Património Mundial, entre eles, o Centro Histórico do Porto, Mosteiro de Alcobaça, Laurissilva da Madeira, etc.

Como iremos refletir no próximo capítulo, por fim, em 1985 surge a primeira Lei de Bases do Património Cultural, onde curiosamente é feita a primeira referência ao património imaterial. Esta, é substituída em 2001, pela nova Lei de Bases nº 107/2001, de 8 de setembro, e que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.

---

<sup>35</sup> CUSTÓDIO, Jorge (coord.) - *100 anos de património: memória e identidade: Portugal 1910-2010*. Lisboa: Instituto do Património Arquitetónico e Arqueológico, 2010. p. 221

<sup>36</sup> Portugal adere à UNESCO no ano de 1965, retirando-se em 1972 e só regressa depois da Revolução do 25 de abril, no ano de 1974.

<sup>37</sup> CUSTÓDIO, Jorge (coord.) - *100 anos de património: memória e identidade: Portugal 1910-2010*. Lisboa: Instituto do Património Arquitetónico e Arqueológico, 2010. p. 246



## 1.2 A Legislação

Para entendermos a evolução da classificação em Portugal torna-se necessário perceber o progresso do quadro legislativo desde o final do século XIX até aos dias de hoje. Como a legislação sobre património cultural é muito vasta, decidimos concentrarmo-nos nos documentos que influenciam diretamente a classificação.

Como já referido anteriormente, em 1894, com a Portaria de 27 de fevereiro, surge a primeira definição legal de monumento nacional:

*“para os efeitos do presente regulamento são considerados monumentos nacionais todos os edifícios, construções, ruínas e objectos artísticos, industriaes ou archeologicos:*

- a) Que importem à história de modo de ser intellectual, moral e material da nação nas diversas evoluções e influencias do seu desenvolvimento;*
- b) Que testemunhem e comemorem factos notáveis da história naciona;*
- c) Os megalithicos, e em geral os que constituam vestígios dos povos e civilizações anteriores à formação da nacionalidade, quando existentes ou encontrados em território portuguez.* <sup>38</sup>

O primeiro enquadramento legal do património surge em 1901, através do decreto lançado pela Direção Geral das Obras Públicas e Minas em 24 de outubro. Este decreto dá ao Conselho dos Monumentos Nacionais da Direção-Geral das Obras Públicas e Minas, presidido por Joaquim Possidónio Narciso da Silva<sup>39</sup>, a missão de classificar os monumentos nacionais, sendo uma novidade que qualquer classificação tinha de ser publicada por decreto. Neste documento legal são também divulgados os primeiros critérios de classificação, sendo eles o valor histórico, o artístico e o arqueológico. A 30 de dezembro do mesmo ano surge o decreto que estabelece as bases para a classificação dos imóveis que deveriam ser considerados monumentos nacionais juntamente com os objetos mobiliários de reconhecido valor intrínseco ou extrínsecos pertencentes ao Estado. Destes dois decretos resultam as primeiras classificações de monumentos nacionais em 1906<sup>40</sup>. É ainda importante

---

<sup>38</sup> Portaria de 27 de fevereiro de 1984. Disponível online em: <http://net.fd.ul.pt/legis/1894.htm#>, pág. 51 e 52. Última consulta a 19 de junho, pelas 16h.

<sup>39</sup> Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896) foi arquiteto da Casa Real, arqueólogo e fotógrafo. Foi o responsável pelas remodelações do Palácio da Pena em 1834 e pelo Palácio das Necessidades entre 1944-1946, entre outros. Pertenceu a várias comissões mas destacamos a criação pioneira da Associação dos Arquitetos Civis Portugueses, que depois ficou denominada como Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses.

<sup>40</sup> Como já vimos anteriormente, os 14 bens imóveis classificados foram: Mosteiro da Batalha, Mosteiro dos Jerónimos, Convento de Cristo, Mosteiro de Alcobaça, Convento de Mafra, Sé Velha de Coimbra, Sé da Guarda,

mentonar que o tipo de discurso usado neste documento jurídico é formado através de uma linguagem prática, com uma estrutura definida e coerente, algo que se manteve homogéneo até aos nossos dias.

Como já explicado no subcapítulo anterior, do ano de 1910, através do decreto de 16 de junho, os edifícios escolhidos no relatório da Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses são reafirmados e classificados, perfazendo um total de 467 bens imóveis elevados à categoria de monumentos nacionais. O relatório escrito pela RAACAP define ainda o conceito de monumento nacional como aquele que *“atesta a passagem dos povos que passaram pelo território português ou que comemora os grandes acontecimentos da sua história”*<sup>41</sup>. Para além disso, teriam de ter as seguintes características:

- 1) *Os elementos materiais que assinalam a presença da humanidade;*
- 2) *Os elementos que comemoram os factos assinaláveis da vida dos povos;*
- 3) *Os elementos que apresentam informação sobre a história das artes.*<sup>42</sup>

Um ano mais tarde, conforme o decreto nº 1, de 26 de maio, os edifícios sem critérios suficientes para obterem classificação de monumentos nacionais passam a ter proteção, desde que detenham interesse artístico ou histórico.

Em 1924 passa a ser obrigatório através da lei nº 1/700, de 18 de dezembro, a obtenção de um parecer do Conselho Superior de Belas Artes para obras em zonas próximas de bens classificados. Só em 1926 e através do decreto nº 11.445, de 13 de fevereiro, fica clarificado que as primeiras zonas de proteção devem ter, no mínimo, cinquenta metros. Ainda através do mesmo documento jurídico, é prevista a classificação de imóveis de interesse público, mas apenas para sítios arqueológicos. Dois anos mais tarde, com o decreto 15216 de 14 de março, esse grau de classificação passa a aplicar-se a todas as tipologias de bens imóveis, permitindo a classificação de muitos mais imóveis.

No ano de 1932 com o decreto nº 20.985, de 7 de março, é estabelecido um regime de proteção do património artístico, histórico e arqueológico e é ainda estabelecida a diferença entre monumento nacional (*“imóveis, cujo valor artístico, histórico ou arqueológico exijam a sua defesa e conservação em função do interesse nacional”*) e imóvel de interesse público (*“imóveis que, sem merecerem a classificação de monumento nacional, ofereça, considerável interesse público, sob o ponto de vista artístico, histórico ou turístico”*). Com esta diferenciação é possível concluir que a noção de património cultural se alarga e se torna necessário destingir bens imóveis<sup>43</sup>.

---

Sé de Lisboa, Sé de Évora, Igreja de Santa Cruz de Coimbra, Basílica do Coração de Jesus, Torre de São Vicente, Ruínas do Templo Romano e Ruínas da Igreja do Carmo.

<sup>41</sup> CUSTÓDIO, Jorge (coord.) - 100 anos de património: memória e identidade: Portugal 1910-2010. Lisboa: Instituto do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2010. p. 67

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 67

<sup>43</sup> LOPES, Flávio – Informar para proteger. Lisboa: SEC, 1994. p. 9

No decreto nº 21.885 do ano de 1936, de 18 de novembro, são estabelecidas as zonas de proteção dos edifícios públicos de reconhecido valor arquitetónico, que são divididas em zonas de proteção dos edifícios públicos de reconhecido valor arquitetónico ou em zonas de proteção dos edifícios públicos não classificados como monumento nacional. Estas últimas tornavam necessária a autorização prévia do Ministério de Obras Públicas e Comunicações para qualquer construção ou reconstrução e a proibição das câmaras municipais concederem licenças para construção ou reconstrução para estas zonas.

No ano de 1940 não podemos deixar de mencionar a Concordata com a Santa Sé, de 10 de junho, em que os templos católicos voltaram a ser propriedade da igreja, exceto quando classificados como "monumentos nacionais" ou "imóveis de interesse público", caso em que seriam *propriedade do estado com afetação permanente ao serviço da igreja*, conforme o artigo 21º. Como consequência, o decreto-lei nº 30.615, de 25 de julho do mesmo ano, devolveu à igreja católica a propriedade dos bens que à data de 1 de outubro de 1910 lhe pertenciam e estavam na posse do estado, *salvo os que se encontravam aplicados a serviços públicos ou classificados como monumentos nacionais ou como imóveis de interesse público*.

No ano de 1945, com o decreto-lei nº 34.993, de 11 de outubro, determina-se que as zonas de proteção dos edifícios públicos não classificados como monumentos nacionais, a estabelecer, ao abrigo do decreto-lei nº 21.875, fossem fixadas pelo ministério das obras públicas e comunicações, sob proposta da direção geral dos serviços de urbanização.

No ano de 1949, através da lei nº 2.032, de 11 de junho, atribui-se pela primeira vez às câmaras municipais competências para a *promoção junto das entidades responsáveis a classificação como monumentos nacionais ou como imóveis de interesse público de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico existentes nos respetivos concelhos* e, o mais importante e inovador, promover a classificação com valor concelhio, introduzindo este novo valor.

Em 1955, o decreto-lei nº 40.388, de 22 de novembro, autoriza o governo a aplicar o regime jurídico relativo às *zonas de proteção de edifícios públicos não classificados como monumento nacional a edifícios ou outras construções de interesse público, desde que a sua natureza ou importância assim o reclamassem*. Alargou-se, deste modo, a outros edifícios e outras construções o regime antes aplicável aos edifícios públicos.

Como abordado no capítulo anterior, após o 25 de abril, o Estado realiza alterações orgânicas na administração pública, que passamos a explicar.

É também importante referir que a 2 de agosto de 1975, através do Decreto-Lei n.º 409/75, é integrada a Direção Geral do Património Cultural na Secretaria de Estado da Cultura (SEC).<sup>44</sup> Dois anos mais tarde, com o Decreto-Lei n.º 340/77, de 19 de agosto, a SEC passa a ter lugar na Presidência do Conselho de Ministros. São ainda previstas Delegações Regionais da SEC em três pontos do país: Porto, Coimbra e Faro.<sup>45</sup>

Como referido antes, as competências e atribuições relacionadas com o património são transpostas para a SEC através do Decreto-Lei n.º 1/78, de 7 de janeiro, nomeadamente as competências de defender, conservar e valorizar o património cultural. Com o Decreto-Lei n.º 498-B/79, de 21 de dezembro, é criado o Ministério da Cultura e da Ciência que alberga a SEC e esta, por sua vez, acolhe a Direção Geral do Património Cultural.

A década de 80 acaba por se revelar importante para o património cultural por vários motivos. Através do Decreto-Lei n.º 59/80, de 3 de abril, a SEC passa, mais uma vez, a ser um órgão da Presidência do Conselho de Ministros e o ano de 1980 é criado o Instituto Português do Património Cultural (IPPC). As suas atribuições e missão são regulamentadas mais tarde, pelo Decreto n.º 34/80, de 2 de agosto, ficando esta instituição responsável pelo património imóvel, bibliotecas, arquivos e museus<sup>46</sup>. Do mesmo ano, o decreto-lei n.º 403/80, de 26 de setembro, origina os serviços regionais de arqueologia do IPPC nas zonas norte, centro e sul do país, que mais tarde vão dar origem às Direções Regionais do IPPC<sup>47</sup>. A criação dos Serviços Regionais de Arqueologia (SRA) vai influenciar em muito a inventariação e a posterior classificação de sítios arqueológicos nas décadas de 80 e 90 do século XX. Para além dos SRA, nesta década são criadas uma série de instituições, como por exemplo, o Conselho Nacional do Património Cultural, o Departamento do Património Arquitetónico, entre outros.

Finalmente, no ano de 1985, surge a primeira Lei de Bases do Património Cultural, através da lei n.º 13/85, de 6 de julho. Este documento tenta aglomerar as leis de todos os serviços ligados ao Património Cultural. Para além disso, esta Lei defende que *a salvaguarda e valorização do património cultural têm existência autónoma dos serviços do Estado e são estes que devem adaptar as suas competências ao cumprimento destes conceitos e princípios*<sup>48</sup>. Faz-se pela primeira vez referência ao património imaterial. Todavia, esta lei não chegou a ser regulamentada, estando isto na origem na Lei n.º 107/2001, que abordamos de seguida.

---

<sup>44</sup> FERREIRA, David – O património cultural na Avaliação de Impacte Ambiental em Portugal. Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014, p. 185

<sup>45</sup> *Ibidem*

<sup>46</sup> *Ibidem*

<sup>47</sup> Decreto-Lei n.º 216/90, de 3 de Junho. Disponível online em <http://dre.tretas.org/dre/20937/>. Última consulta a 19 de junho, pelas 17h04.

<sup>48</sup> FERREIRA, David – O património cultural na Avaliação de Impacte Ambiental em Portugal. Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014, p. 188

A 8 de setembro é lançada a Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, mais conhecida como Lei de Bases, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e manutenção do Património Cultural. Nesta lei são publicados os critérios de valor de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade<sup>49</sup>. Para além disso sublinham-se os critérios genéricos de apreciação para a classificação, sendo eles: “*o carácter matricial do bem, o génio do respetivo criador, o interesse do bem como testemunho simbólico ou religioso, o interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos, o valor estético, técnico ou material intrínseco do bem, a sua conceção arquitetónica, urbanística e paisagística, a extensão do bem e o que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva, a importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica e as circunstâncias suscetíveis de acarretarem diminuição ou perda da perenidade ou da integridade*” (art. 17º). É também único o fato de conceber regimes especiais para vários tipos de património. Legitima ainda a inventariação e classificação como forma de proteção do património cultural.

No entanto, esta Lei, como todas as outras, teve de esperar 8 anos para que saísse a legislação de regulamentação, o Decreto-Lei n.º 309/2009, que abordaremos mais a baixo.

Legislando sobre o património cultural imaterial, surgiu o Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho. Estabelecendo o regime jurídico de salvaguarda e proteção do património imaterial, este Decreto surge a partir da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, que foi adotada pela Unesco em 2003. Devido ao carácter vinculativo dos documentos da UNESCO, este Decreto foi aprovado pela Assembleia da República em 2008<sup>50</sup>. Deste documento jurídico, devemos salientar o sistema de inventariação que permite a colaboração de todos os cidadãos nesta tarefa. Em suma, a existência deste Decreto significa o reconhecimento das questões imateriais para a nossa cultura e identidade, abrindo assim caminho para a sua proteção e divulgação.

O Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, veio regulamentar a Lei de Bases de 2001. O seu objetivo principal foi definir o procedimento de classificação de bens culturais, o regime das zonas de proteção e o estabelecimento do plano de pormenor de salvaguarda. Foi inovadora ao ponto de conferir a possibilidade dos municípios aplicarem o regime geral de proteção dos bens imóveis previsto na Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, aos imóveis classificados ou vias de classificação, como de interesse municipal sem qualquer restrição. Em relação às zonas de proteção, estabelece a possibilidade de criação de uma zona especial de proteção provisória cujos efeitos se prolongam até à aprovação da zona especial de proteção. Por último, salientamos o facto de a administração passar a

---

<sup>49</sup> ARAÚJO, Fernanda - *A Nova Lei do Património, que alterações na preservação do património arqueológico?*. Texto policopiado, 2010.

<sup>50</sup> Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho. Disponível online em [http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/portugal/portugal\\_lei139\\_2009\\_pororof.pdf](http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/portugal/portugal_lei139_2009_pororof.pdf). Última consulta a 19 de junho, pelas 17h11.

poder identificar os imóveis sobre que pretende, eventualmente, exercer o direito de preferência, fazendo com que os processos fossem mais céleres.

É necessário mencionar especificamente os artigos n.º 43 e 54, que dizem respeito a zonas especiais de proteção. O artigo n.º 43 descreve que as ZEP devem “impor as restrições adequadas em função da proteção e valorização do bem imóvel classificado”, incluindo zonas *non aedificandi*, bens imóveis que possam ser alvo de obras de alteração e outros ainda que devem ser preservados ou demolidos. É ainda descrito que as ZEP devem “assegurar o enquadramento paisagístico do bem imóvel e as perspetivas da sua contemplação, devendo abranger os espaços verdes, nomeadamente jardins ou parques de interesse histórico, que sejam relevantes para a defesa do contexto do bem imóvel classificado”. Por sua vez, no caso de conjuntos ou sítios, o artigo n.º 53 prevê a colaboração das direções regionais territorialmente competentes com as câmaras municipais nas restrições especificadas no artigo n.º 43. Os instrumentos usados para estabelecer estas linhas de ação passam pela elaboração de um plano de pormenor de salvaguarda.

Por último, o despacho n.º 7931/2010, de 5 de maio, veio estipular o modelo de requerimento inicial para processos de classificação de imóveis<sup>51</sup>, que deveriam ser publicados nas páginas eletrónicas das direções regionais e da DGPC. O modelo informa sobre quais “*os documentos a juntar e é acompanhado de instruções de preenchimento, designadamente em relação às categorias de classificação e à respetiva graduação*”.

### 1.3) Instituições

Ao longo da nossa investigação confrontamo-nos muitas vezes com a necessidade de saber quais as instituições que estiveram envolvidas na classificação e gestão do património cultural. Por este tipo de informação se encontrar dispersa por várias fontes, decidimos criar um quadro com toda a informação necessária para facilitar o seu acesso e a sua sistematização com os campos:

- **Sigla e nome:** identificação da instituição;
- **Tutela:** órgão de que dependia a instituição;
- **Decreto de fundação:** documento legal que cria a instituição;
- **Ano de criação e extinção;**
- **Campos de ação:** área do património de que a instituição era responsável;
- **Competências e atribuições:** competências da instituição relacionadas só com classificação.

---

<sup>51</sup> Modelo disponível em:  
[http://www.culturanorte.pt/fotos/editor2/formulario\\_instrucao\\_do\\_processo\\_de\\_classificacao.pdf](http://www.culturanorte.pt/fotos/editor2/formulario_instrucao_do_processo_de_classificacao.pdf). Última consulta a 23 de maio, pelas 21h30.

SIGLA	NOME	TUTELA	DECRETO	ANO CRIAÇÃO	ANO EXTINÇÃO	CAMPO(S) DE AÇÃO	COMPETÊNCIA(S) E ATRIBUIÇÕES
	D. João V	-	Alvará régio de agosto de 1921	-	-	-	<i>“providência para se conservarem os monumentos antigos, que podem servir para ilustrar, e certificar a verdade da mesma história”</i>
	Academia Real da História Portuguesa	D. João V (?)	Decreto de 8 de dezembro de 1720	1720	1776	História de Portugal	
	Real Associação dos Arquitetos e Arqueólogos Portugueses		-	1863	-		- Identificar edifícios que pudessem ser classificados como monumentos nacionais
	Comissão dos Monumentos Nacionais	Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria		1882		Monumentos nacionais	
	Conselho Superior dos Monumentos Nacionais	Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria		1897		Monumentos nacionais	- Classificação de monumentos nacionais e respetiva conservação
	Administração-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	Decreto de 9 de dezembro de 1898	1898		Património arquitetónico	- Classificação de monumentos nacionais
DGEMN	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	Decreto nº16.791, de 30 de abril	1929	2007	Monumentos nacionais	- Assegurar o planeamento, estudo, projeto, execução e apetrechamento de obras nos imóveis classificados, com vista à salvaguarda e revitalização dos bens culturais
	Direção-Geral de Belas Artes	Ministério da Instrução Pública		1930(?)	1985	Belas Artes	
	Junta Nacional de Educação	Ministério da Educação Nacional	Lei n.º 1941, de 11 de abril de 1936	1936	1977	Educação e ensino	- Estudo de todos os problemas que interessam à formação do carácter, ao ensino e à cultura
	Direção-Geral dos Assuntos Culturais	Ministério da Educação Nacional		1971	1980	Cultura	
	Divisão do Património Cultural	Ministério da Educação Nacional	Decreto-Lei n.º 82/73, de 5 de novembro	1973		Património cultural	
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural	Ministério da Educação Nacional	Decreto-Lei n.º 409/75, de 2 de agosto	1975		Património cultural	
ISPCN	Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural	Direção-Geral do Património Cultural - Secretaria de Estado da Cultura	Despacho de 20 de junho de 1977	1977		Património cultural e natural	
IPPC	Instituto Português do Património Cultural	Secretaria de Estado de Cultura	Decreto-Lei 59/80, de 3 de abril (regulamentado pelo D-L nº34/80 de 2 de Agosto)	1980	1992	Património cultural	- Planear a inventariação, classificação, proteção e salvaguarda dos bens que constituam elementos do património cultural do país - Apoiar e fomentar a criação e funcionamento de organismos destinados à defesa e valorização do património cultural - Definir diretrizes para a defesa, conservação e enriquecimento do património cultural - Definir diretrizes para a defesa, conservação e

							<p>enriquecimento do património bibliográfico e documental do país</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Superintender nas bibliotecas, arquivos e museus dependentes da Secretaria de Estado da Cultura</li> <li>- Organizar e promover planos de aquisição para museus, bibliotecas e arquivos</li> </ul>
IPM	Instituto Português de Museus	Secretaria de Estado da Cultura	Decreto-Lei n.º 278/91, de 9 de agosto	1991	2012	Museus	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Contribuir para a política museológica do país</li> <li>- Coordenar os museus do Estado</li> <li>- Estabelecer e fiscalizar o cumprimento de normas que assegurem a conservação, segurança e restauro de bens inegável valor cultural</li> <li>- Assegurar a formação de técnicos nas áreas de conservação e restauro</li> <li>- Exercer o direito de preferência na alienação de bens imóveis</li> <li>- Efetuar o registo e dar parecer sobre a exportação temporária ou definitiva de obras de arte de autores nacionais</li> <li>- Pronunciar-se sobre a criação, funcionamento e planos de aquisições de bens culturais</li> <li>- Gerir a utilização do património à guarda do IPM</li> </ul>
IPPAR	Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico	Secretaria de Estado da Cultura	Decreto-Lei 106-F/92, de 1 de junho	1992	2006	Património arquitetónico e arqueológico	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inventariar, classificar e desclassificar bens culturais imóveis, bem como definir e fixar zonas especiais de proteção dos mesmos e respetiva salvaguarda e valorização posterior</li> <li>- Inventariar, classificar e desclassificar bens culturais móveis arqueológicos</li> <li>- Salvaguardar bens imóveis em vias de classificação</li> <li>- Gerir o património imóvel e móvel à guarda da instituição</li> <li>- Autorizar, fiscalizar, acompanhar e suspender trabalhos arqueológicos</li> <li>- Salvaguardar e valorizar sítios e estações arqueológicas e criar e salvaguardar reservas arqueológicas de proteção</li> </ul>
IPA	Instituto Português de Arqueologia	Ministério da Cultura	Decreto-Lei n.º 117/97, de 14 de maio	1997	2006	Património arqueológico	
IGESPAR	Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico	Ministério da Cultura	Decreto-Lei 215/2006, de 27 de outubro	2006	2012	Património arquitetónico e arqueológico	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Classificar e inventariar bens imóveis de interesse nacional e de interesse público de relevância arquitetónica e arqueológica e fixar respetivas zonas especiais de proteção</li> <li>- Elaborar com as direções regionais de cultura planos, programas e projetos para a execução de obras e intervenções de conservação, recuperação, restauro e valorização em imóveis classificados, ou em vias de classificação</li> <li>- Assegurar, em articulação com as Direções Regionais, a gestão e valorização do património cultural arquitetónico e arqueológico que lhe esteja afeto e promover, executar e fiscalizar as obras necessárias</li> <li>- Inventariar o património cultural na respetiva área de</li> </ul>



							<p>atuação, bem como assegurar o registo patrimonial de classificação e o registo patrimonial de inventário dos bens culturais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pronunciar-se sobre planos, projetos, trabalhos e intervenções de iniciativa pública ou privada, a realizar em imóveis classificados ou em vias de classificação, respetivas zonas de proteção e, designadamente, em monumentos, conjuntos e sítios</li> <li>- Cumprir as normas da Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural e demais legislação complementar</li> </ul>
IMC	Instituto dos Museus e Conservação	Ministério da Cultura	Decreto-Lei n.º 97/2007	2007	2011	Museus, património imóvel, património imaterial.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver e executar a política cultural nacional nos domínios dos museus e da conservação e do restauro, bem como do património cultural móvel e do património imaterial</li> <li>- Estudo, preservação, conservação, valorização e divulgação, da qualificação dos museus portugueses</li> <li>- Gestão das instituições museológicas dependentes do Ministério da Cultura</li> <li>- Reforço da Rede Portuguesa de Museus</li> </ul>
DGPC	Direção Geral do Património Cultural	Secretário de Estado da Cultura	Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio	2012	-	Património cultural	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assegurar a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do País</li> <li>- Classificar bens imóveis e fixar respetivas zonas especiais de proteção</li> <li>- Propor e executar a política museológica nacional</li> <li>- Elaborar com as direções regionais de cultura planos, programas e projetos para a execução de obras e intervenções de conservação, recuperação, restauro e valorização em imóveis classificados, ou em vias de classificação, do estado</li> <li>- Participar, nos termos da lei, nos procedimentos de avaliação de impacto cultural e na elaboração dos instrumentos de gestão territorial</li> <li>- Assegurar o acompanhamento do comércio de bens culturais, bem como os procedimentos relativos à exportação, expedição, importação e circulação</li> <li>- Gerir os sistemas de informação sobre museus, bens culturais móveis e integrados e intervenções de conservação e restauro</li> <li>- Conservar, tratar e atualizar os arquivos documentais e as bibliotecas afetas, bem com o banco de dados para o inventário do património arquitetónico e arqueológico</li> <li>- Promover a sensibilização e a divulgação de boas práticas para a defesa e valorização do património cultural, através de ações educativas e de formação</li> <li>- Dar cumprimento às normas de lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, da lei Quadro dos Museus Portugueses e demais legislação complementar</li> </ul>

DRC	Direção Regional de Cultura (referentes ao IGESPAR)	Secretário de Estado da Cultura	Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de outubro	2006	2012	Património cultural	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de condições de acesso aos bens culturais</li> <li>- Acompanhamento das atividades e a fiscalização das estruturas de produção artística financiadas pelos serviços e organismos da área da cultura</li> <li>- Acompanhamento das ações relativas à salvaguarda, valorização e divulgação do património cultural imóvel, móvel e imaterial</li> <li>- Apoio a museus</li> </ul>
DRC	Direção Regional de Cultura do Norte, Centro, Alentejo e Algarve	Secretário de Estado da Cultura	Decreto-Lei n.º 114/2014, de 25 de maio	2012	-	Património cultural	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de condições de acesso aos bens culturais</li> <li>- Acompanhamento das atividades e a fiscalização das estruturas de produção artística financiadas pelos serviços e organismos da área da cultura</li> <li>- Acompanhamento das ações relativas à salvaguarda, valorização e divulgação do património cultural imóvel, móvel e imaterial</li> <li>- Apoio a museus e assegurar a sua gestão</li> <li>- Apoiar iniciativas culturais locais ou regionais, de carácter não profissional, que, pela sua natureza, correspondam a necessidades ou aptidões específicas da região</li> <li>- Propor à DGPC o plano regional de intervenções prioritárias em matéria de estudo e salvaguarda do património arquitetónico e arqueológico, bem como os respetivos programas e projetos anuais e plurianuais da sua conservação, restauro e valorização</li> <li>- Gerir os monumentos, conjuntos e sítios que lhe forem afetos e assegurar as condições para sua fruição pelo público</li> </ul>

Tabela 1- Instituições da gestão do património cultural

## Capítulo 2. – Tendências de classificação do património edificado

Como já referido, o levantamento feito pela Academia Real dos Arquitetos e Arqueólogos Portugueses no ano de 1889 denominado de “Monumentos Nacionais e padrões históricos e comemorativos de varões ilustres e que são elementos apreciáveis para o estudo das artes em Portugal”, foi a grande base para as primeiras classificações do património imóvel em Portugal<sup>52</sup>. Todavia, as primeiras classificações surgem no ano de 1906. Os restantes imóveis mencionados no referido levantamento são classificados 4 anos depois, em 1910, pelo Decreto de 16 de junho. Nesta lista publicada no Decreto de 16 de junho de 1910, estão incluídos monumentos como as Sé do Porto, Lisboa e Lamego, a basílica de Mafra, o Paço dos Duques, a Igreja da Batalha e a Igreja de Alcobaça, entre muitos outros, sendo que a arquitetura religiosa representa uma grande fatia, 30%. É importante realçarmos também os sítios arqueológicos, os pelourinhos e cruzeiros e as fortificações, que representavam 18%, 14% e 11%, respetivamente. É também necessário mencionar que estes imóveis pertenciam em grande parte ao Estado devido à extinção das Ordens Religiosas, em 1834, e à nacionalização dos bens da igreja, em 1910<sup>53</sup>. A nível cronológico, 52% dos bens classificados representavam monumentos da idade média e 19% monumentos de origem do século XV/XVII, ou seja, monumentos renascentistas e manuelinos.

Este primeiro diploma de classificação é um reflexo dos valores da época e os monumentos aí classificados ainda hoje constituem não só uma grande parte dos imóveis classificados<sup>54</sup>, mas particularmente o *ex-libris* dos monumentos históricos. Esta classificação representa também a primeira grande tendência assumida em preservar um conjunto de bens, demonstrando uma necessidade de reconhecer aqueles que já eram tidos como o corpo fundamental dos monumentos históricos<sup>55</sup>. Até aos nossos dias, podemos afirmar que houve apenas quatro momentos em que também se verifica uma sistematização em termos de tipologias: em 1933, são classificados os pelourinhos, em 1946 os marcos pombalinos do Douro Vinhateiro, em 1967 as fortificações do litoral norte e em 2004, começa a ser classificada arquitetura do século XX.

---

<sup>52</sup> ABRAÇOS, Fátima - *História da Conservação e Restauro do Mosaico Romano, Subsídios para o conhecimento do estado de conservação dos mosaicos no sul de Portugal*, pp. 25-47. Tese de Mestrado de História da Arte, Património e Restauro, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Instituto de História da Arte. Lisboa, 2000.

<sup>53</sup> RODRIGUES, Miguel Areosa - *A proteção do património Arquitetónico e Arqueológico: evolução Administrativa e Conceptual*. Dissertação final do Curso de Defesa Nacional 2005/2006, policopiado, Setembro de 2006, p. 3

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 2

<sup>55</sup> *Ibidem*

Entre 1920 e 1970 verifica-se um seguimento das classificações anteriores, em que 47% representam igrejas, 13% sítios arqueológicos, 12% pelourinhos e 12% fortificações. Em relação a tipologias predominam ainda os bens imóveis religiosos e as fortificações.

Já no intervalo que medeia de 1970 a 1990, vemos o panorama mudar consideravelmente. Apesar de 32% das classificações serem relativas a igrejas e de 14% a sítios arqueológicos, vemos as classificações de casas solarengas a representarem 26% do total. Isto representa um aumento de áreas geográficas privadas classificadas, em quase um terço, constituindo assim uma tendência para este tipo de classificações. No entanto, elas tratam-se de classificações pontuais e que surgem de várias iniciativas (proprietários, investigadores, associações, instituições locais, etc.). Não se trata portanto de uma tendência formal, organizada pelo Estado e respetivas entidades competentes. Dentro desta cronologia, começa-se a dar mais atenção à proteção de conjuntos urbanos e às linguagens arquitetónicas mais recentes.

A partir do ano de 1990, apesar de as igrejas e as casas solarengas continuarem a ser muito classificadas, representando respetivamente 21% e 17%, as classificações relativas a sítios arqueológicos sobem para os 38%. Isto justifica-se, em grande parte, pela criação dos Serviços Regionais de Arqueologia<sup>56</sup>. Esta divisão do IPPC integrava técnicos que foram responsáveis por variadas prospeções no terreno e pela identificação de imóveis a precisarem de proteção, sendo também responsáveis pela sua respetiva abertura de processos de classificação. Nesta cronologia são ainda classificadas as primeiras arquiteturas vernaculares e industriais e é dado destaque às paisagens culturais<sup>57</sup> por impulso externo da UNESCO.

---

<sup>56</sup> Os Serviços Regionais de Arqueologia, criados pelo Decreto-Lei n.º 403/80, de 26 de setembro, tinham como principais competências estudar e propor providências para a deteção, defesa, recuperação, conservação e valorização dos monumentos, sítios e espécies arqueológicas; propor a classificação e inventariação de monumentos, sítios e espécies arqueológicas, organizando os respetivos processos, entre outras. Foi extinto em 1992, dando origem ao IPPAR.

<sup>57</sup> Como exemplo, referimos a classificação da Paisagem Cultural de Sintra, classificada como Património da Humanidade pela UNESCO em 1995.

## **2.1) Tendências dos imóveis em vias de classificação da década de 90**

Torna-se essencial mencionar os imóveis em vias de classificação do final da década de 90, importantes para estabelecer uma comparação com aquilo que de fato foi classificado no princípio do século XIX. Em termos de tipologias, vemos os processos de classificação aumentarem em relação às casas solarengas, representando 35% das classificações e as igrejas e os sítios arqueológicos a manterem valores próximos das classificações da década anterior, 27% e 13%, respetivamente.

Posto isto, é necessário perceber quais os pontos a analisar nas classificações entre 2000 e 2014 de forma a podermos estabelecer comparações.

- Graus de classificação
- Tipo de propriedade, se estatal ou privada
- Tipologias de bens classificados
- Cronologias de bens classificados

## **2.2) Tendências de classificação do património edificado entre 2000 e 2014**

### **2.2.0) Metodologia**

Para este estudo, foram analisadas todas as classificações entre os anos de 2000 e 2014 realizadas na região Norte, especificamente na área de atuação da Direção Regional. A área encontra-se estabelecida pela Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de fevereiro, correspondendo à NUT II<sup>58</sup>, englobando os distritos de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e parte dos distritos de Aveiro (concelhos de Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra), Guarda (concelho de Foz Côa) e Viseu (concelhos de Armamar, Cinfães, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, São João da Pesqueira, Resende, Sernancelhe, Tabuaço e Tarouca).

A fonte para esta análise foi o sistema restrito de informação do IPPAR utilizado pelos funcionários das DRC e da DGPC, em que os termos de pesquisa foram “classificado”, “2000” e “em vias de classificação”.

Visto as classificações de grau de Interesse Municipal serem uma competência das autarquias locais conforme o artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, não foram objeto da nossa análise.

---

<sup>58</sup> As NUTS (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos) foram definidas pelo Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de fevereiro, e a NUT II teve a sua última atualização com o Decreto-Lei n.º 21/2010, de 24 de março.

### 2.2.1) Dados recolhidos

Após pesquisa através do Sistema de Informação do antigo IPPAR, foram contabilizados 226 imóveis classificados entre 2000 e 2014<sup>59</sup>.

Em relação a graus de classificação registamos 216 classificações de Imóvel de Interesse Público e 10 classificações de Monumento Nacional.

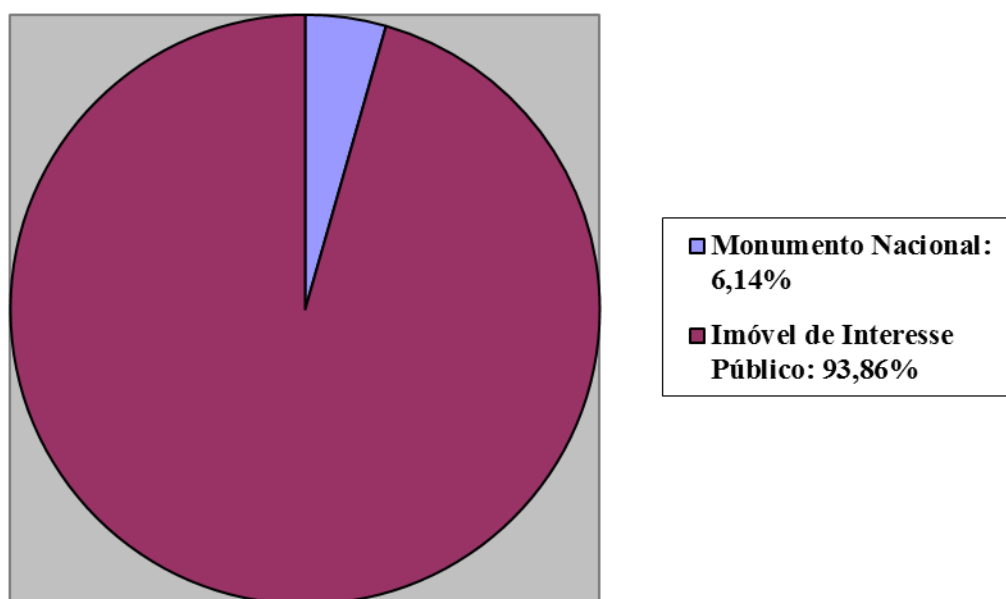


Gráfico 1 - Graus de classificação entre 2000 e 2014

---

<sup>59</sup> Gráfico na página 39.

Distrito	Grau	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Aveiro	M.N.																9
	I.I.P.													4	2	3	
Braga	M.N.											1	1		1		44
	I.I.P.			3				2						22	13	1	
Bragança	M.N.																21
	I.I.P.			1				5	1				1	6	6	1	
Guarda	M.N.																4
	I.I.P.				1							2		1			
Porto	M.N.												2	1	1		72
	I.I.P.			4				1		1		7	9	16	25	5	
V. do Castelo	M.N.														1		16
	I.I.P.			3				1						3	6	2	
Vila Real	M.N.							1				1					33
	I.I.P.							5			3	3	4	11	3	2	
Viseu	M.N.																27
	I.I.P.							3			1	1	3	11	8		
TOTAL				11	1			18	1	1	4	15	20	75	66	14	226

Tabela 2 - Distribuição de classificações por distrito, ano e grau

Dos 2126 imóveis com classificação de imóvel de interesse público e monumento nacional, registamos a seguinte distribuição por anos:

Classificações por ano															
Grau de Classificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Monumento Nacional							1				2	3	1	3	
Imóvel de Interesse Público			11	1			17	1	1	4	13	17	74	63	14
TOTAL			11	1			18	1	1	4	15	20	75	66	14

**Tabela 3 - Distribuição de classificações por ano**

Com este gráfico é possível afirmarmos que os anos com mais classificações foram:

- 2012: 75 classificações (31,41%)
- 2013: 66 classificações (29,20%)
- 2011: 20 classificações (8,84%)
- 2006: 18 classificações (7,96%)
- 2010: 15 classificações (6,63%)
- 2014: 14 classificações (6,19%)
- 2002: 11 classificações (4,86%)
- 2009: 4 classificações (1,76%)
- 2003: 1 classificação (0,44%)
- 2007: 1 classificação (0,44%)
- 2008: 1 classificação (0,44%)



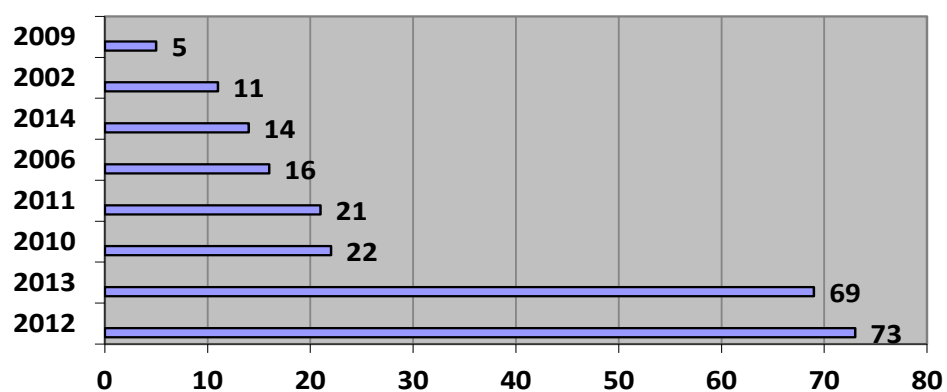


Gráfico 2 - Classificações por ano

Já a nível geográfico, os distritos com mais bens classificados são:

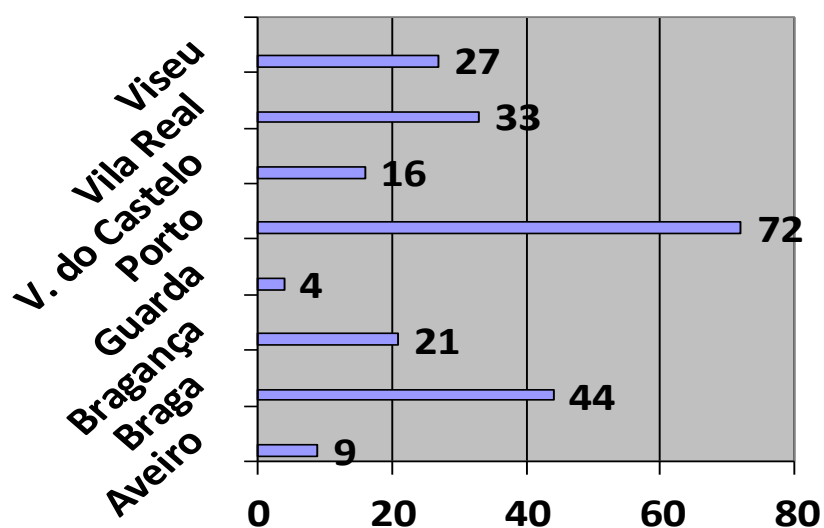


Gráfico 3 - Classificações por distrito

- Porto: 72 classificações (31,85%)
- Braga: 44 classificações (19,46%)
- Vila Real: 33 classificações (14,6%)
- Viseu: 27 classificações (11,94%)
- Bragança: 21 classificações (9,29%)
- Viana do Castelo: 16 classificações (7,07%)
- Aveiro: 9 classificações (3,98%)
- Guarda: 4 classificações (1,76%)

Em relação a tipologias dos bens classificados, a análise revelou-se mais complicada. Para facilitar a compilação de dados recolhidos e a sua análise, optamos por agrupar as seguintes tipologias:

- Arquiteturas religiosas – igrejas, capelas, santuários, conventos, mosteiros e paços;
- Arquitetura militar – castelos e torres;
- Arquitetura habitacional – solares, casas e quintas;
- Conjuntos arquitetónicos – centros históricos e conjuntos;
- Equipamentos – escolas, mercados, estádios, entre outros;
- Obras de engenharia – pontes e barragens, entre outros;
- Sítios arqueológicos – sítios e castros.

Posto isto, foi-nos possível observar a seguinte distribuição:

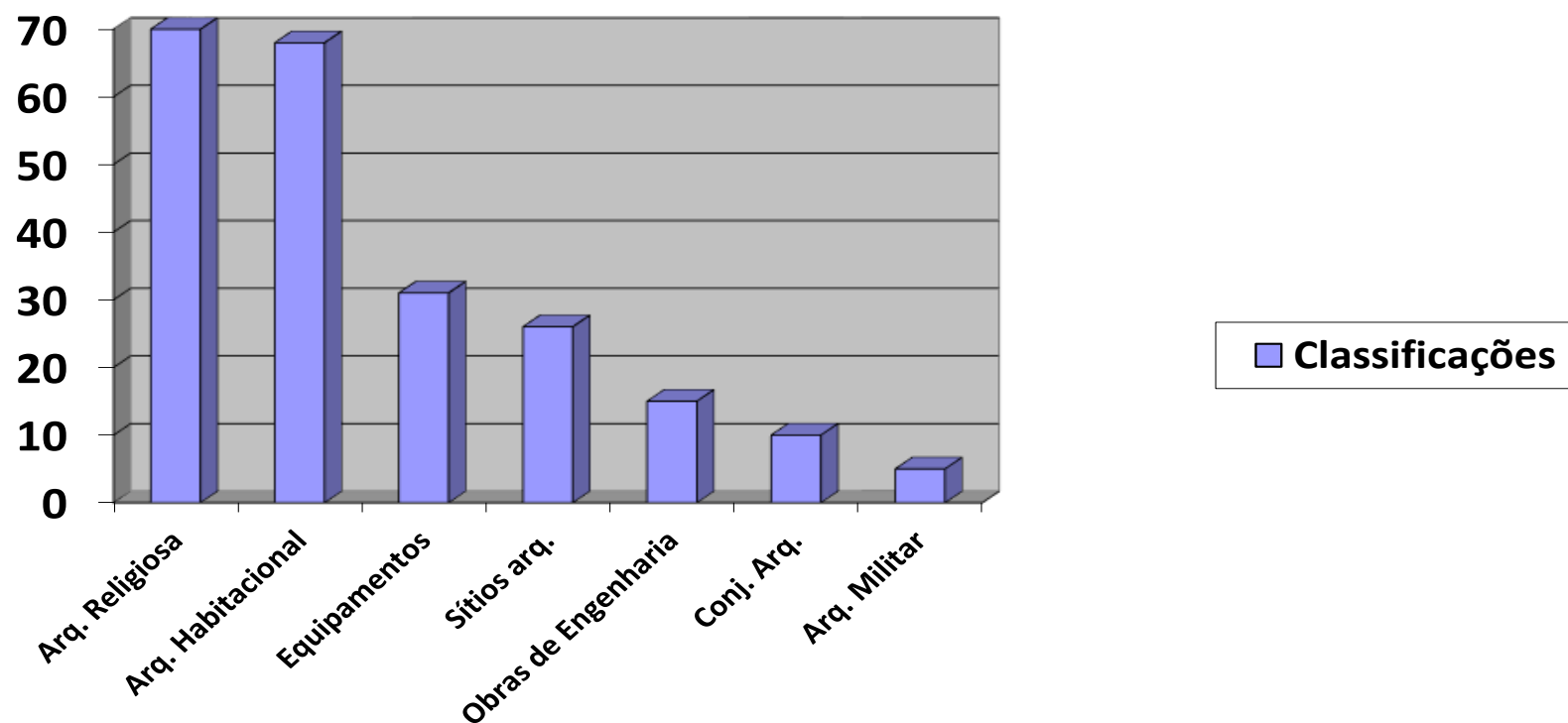


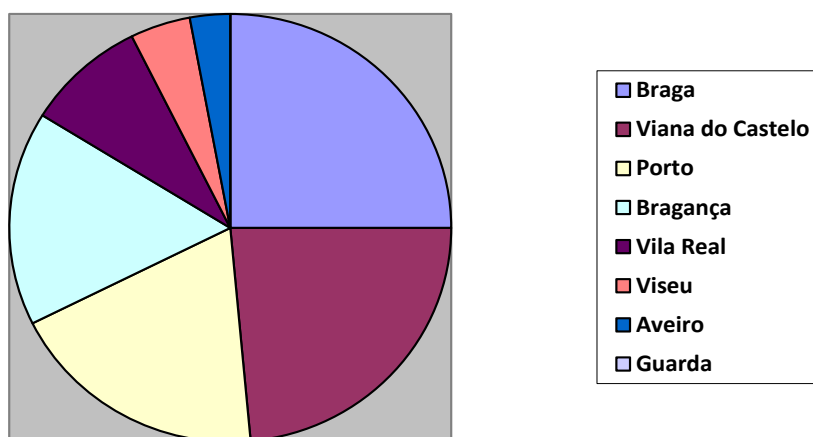
Gráfico 4 - Tipologias de classificação

- Arquitetura religiosa: 70 classificações (30,97%)
- Arquitetura habitacional: 68 classificações (30,08%)
- Equipamentos: 31 classificações (13,71%)
- Sítios arqueológicos: 26 classificações (11,50%)
- Obras de engenharia: 15 classificações (6,63%)
- Conjunto arquitetónico: 10 classificações (4,42%)
- Arquitetura militar: 5 classificações (2,21%)

### 2.3) Tendências de processos em vias de classificação entre 2000 a 2014

A título de curiosidade foram feitas as mesmas análises para os processos em vias de classificação, que deram uma contabilização de 60 processos.

A nível geográfico, os distritos com mais processos em vias de classificação são:



**Gráfico 5 - Distritos com processos em vias de classificação**

- Braga: 17 processos (28,33%)
- Viana do Castelo: 16 processos (26,66%)
- Porto: 13 processos (21,66%)
- Bragança: 11 processos (18,33%)
- Vila Real: 6 processos (10%)
- Viseu: 3 processos (5%)
- Aveiro: 2 processos (3,33%)
- Guarda: 0 processos (0%)

Em relação a tipologias dos processos em vias de classificação, destacam-se:

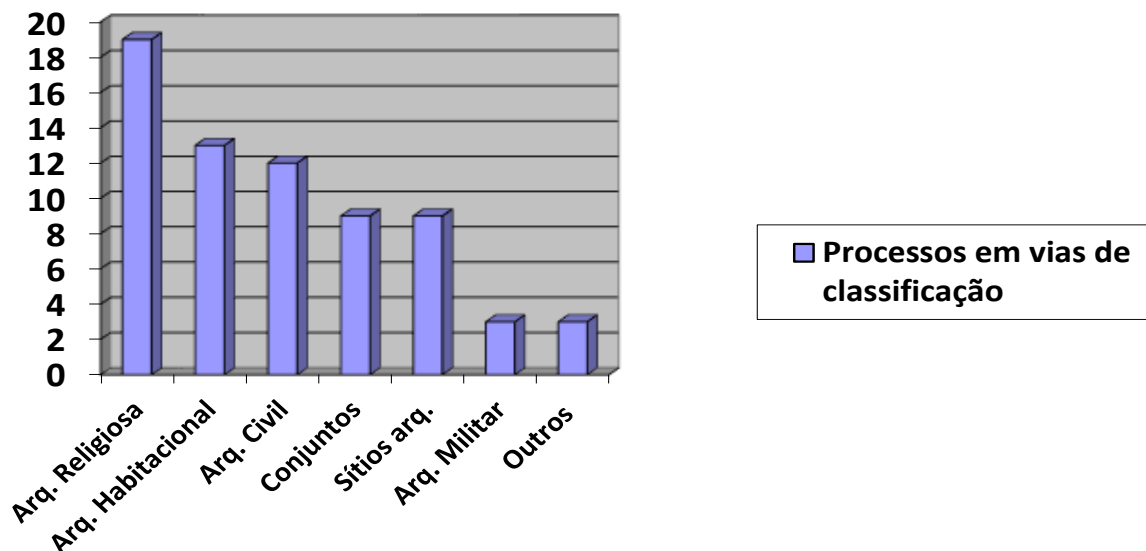


Gráfico 6 - Tipologias dos processos em vias de classificação

- Arq. Religiosa: 19
- Arq. Civil: 12
- Arq. Militar: 3
- Arq. Habitacional: 13
- Sítios arqueológicos: 9
- Conjuntos: 9
- Outros: 3

## 2.4) Considerações

A análise feita destes processos revelou-nos dados que nos permitem estabelecer uma série de considerações. Podemos afirmar que existe uma tendência de 2000 a 2014 para classificar arquitetura religiosa, arquitetura habitacional e equipamentos, com base nos imóveis classificados e nos processos em vias de classificação, e que a nível geográfico, se concentram nos distritos do Porto e de Braga. As classificações de equipamentos, em grande parte, justificam-se graças ao estudo e interesse que houve pela arquitetura modernista e apoio da

Exposição de Arquitetura Moderna Portuguesa, resultando no DOCOMOMO<sup>60</sup> e em inúmeros edifícios modernistas classificados.

Em relação à arquitetura habitacional e às propriedades privadas classificadas, torna-se difícil apontar uma tendência. As nomenclaturas dadas aos processos não são uniformes por vários motivos, sendo que alguns deles podem remontar ao fato de poder ser dado o nome pelo que é conhecida a propriedade, o nome que vem mencionado no requerimento inicial do procedimento de classificação, entre outros. Por isso, encontramos várias designações como: “casa”, “casa e quinta”, “igreja e casa”, “quinta”, “casa e capela”, “casa e jardim” e “casa, quinta e mata”. Dos 68 exemplares analisados, 35 possuem a designação “casa”, enquanto que a segunda designação mais exemplificativa corresponde a “casa e quinta”, com 11 imóveis. Todavia, isto não invalida que os imóveis com a descrição “casa” não possam também albergar outras estruturas como capelas, jardins, entre outros, aumentando a sua área de classificação. Exemplo disso é a Casa da Corujeira<sup>61</sup>, em Vinhais, Bragança, cujo denominação no processo e diploma de classificação é “Casa da Corujeira” mas inclui também a quinta como área classificada.

Posto isto, tornou-se óbvio que as designações atribuídas aos processos não seriam suficientes para podermos analisar se houve um aumento de área gráfica de classificação ou não. Para responder a este problema, foi necessária a consulta de todos os processos relativos às arquiteturas habitacionais entre 2000 e 2014. Outro tema que nos suscitou dúvidas foi a questão dos imóveis classificados que integramos nesta categoria serem muito diversos entre si, pelo que sentimos necessidade de fazer uma subdivisão entre: 1) área geográfica de classificação, se correspondia ou não à denominação e 2) linguagem do imóvel, se erudita ou vernacular.

---

<sup>60</sup> O DOCOMOMO é um projeto de inventariação, divulgação e proteção da arquitetura modernista do século XX. Resulta numa colaboração de várias entidades, como por exemplo, a Ordem dos Arquitetos, o Colégio dos Arquitetos em Espanha, Institutos do Património de governos autónomos e o então IPPAR. A sua fundação ocorreu no ano de 1993. Em 2009 foi criada a Fundação DOCOMOMO Ibérico, sediada em Barcelona.

<sup>61</sup> Diploma de classificação disponível online em: <https://dre.pt/application/dir/pdf2sdip/2012/12/248000001/0008300083.pdf>. Última consulta a 20 de abril, pelas 15h55.

NOME	ÁREA GEOGRÁFICA		LINGUAGEM	
	CORRESPONDE	NÃO CORRESP.	ERUDITO	VERNACULAR
Casa e Quinta de Minotes	x		x	
Solar de Sampaio	x		x	
Casa Branca	x		x	
Casa de Recarei	x		x	
Casa da Fonte da Bouça		x	x	
Casa de Pomarchão	x		x	
Casa da Praça	x		x	
Casa de Sezim		x	x	
Casa dos Werneck	x		x	
Quinta da Macieira		x	x	
Casa da Quinta do Côtto	x		x	
Casa da Calçada		x	x	
Casa de Aquilino Ribeiro		x		x
Casa da Calçada (Provesende)	x		x	
Casa do Fundo da Vila	x		x	
Casa das Belezas	x		x	
Solar do Conde do Bolhão	x		x	
Casa e Quinta de Vilar d' Allen		x	x	
Casa dos Barros		x	x	
Quinta da Macieira de Sarnes	x		x	
Casa da Ribeira	x			
Casa e Quinta de Castro		x		x
Casa de São Brás da Torre		x	x	
Casa e Quinta da Igreja		x	x	
Casa da Torre		x	x	
Casa do Forno		x	x	
Casa Dr. Fernando Ribeiro da Silva	x		x	
Casa das Marinas	x		x	
Casa e Capela da Quinta de Corujeiras	x		x	
Casa de Margaride		x	x	
Vila Beatriz		x	x	
Casa, quinta e mata de Pindela	x		x	
Casa da Corujeira		x	x	
Solar das Donas Botto Pinto		x	x	
Casa da Tardinhade		x	x	

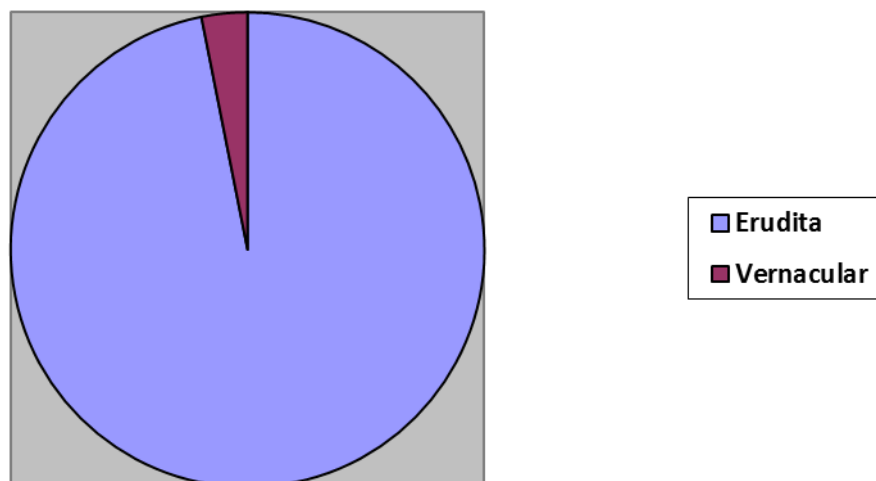
Conjunto casa, capela, jardins e portais da Quinta da Bouça		x	x	
Casa do Ribeiro		x	x	
Palacete do Visconde de Vilar d'Allen		x	x	
Casal de Santa Maria		x	x	
Conjunto arquitetónico da Rua Álvares Cabral	x		x	
Casa e Quinta da Bonjóia		x	x	
Casa e Quinta da Lage		x	x	
Quinta e Paço de Lanheses	x		x	
Casa do Visconde do Rosário		x	x	
Casa Mariz Sarmento e Capela de São Cateano	x		x	
Casa e Capela de Santo António	x		x	
Casa e quinta do Benfeito		x	x	
Casa da Quintã		x	x	
Casa e Quinta do Alvação		x	x	
Casa de Pielas		x	x	
Casa de Lamas e jardins	x		x	
Solar do Santo e jardins	x		x	
Casa de Valmelhorado		x	x	
Casa e Quinta da Companhia		x	x	
Edifício sito na Avenida da Boavista	x		x	
Edifício Parnaso	x		x	
Bloco Costa Cabral	x		x	
Casa e Quinta da Revolta	x		x	
Casa Aristides Ribeiro	x		x	
Quinta de São Cristóvão da Portela		x	x	
Solar dos Araújo Coutinho		x		
Quinta da Costeira		x	x	
Casa da Quinta do Morgado		x	x	
Solar dos Azevedos		x	x	
Casa dos Agreles		x	x	
Casa dos Pereiras		x	x	
Casa e Quinta da Boa		x	x	



Viagem				
--------	--	--	--	--

**Tabela 4 - Divisão de arquitetura habitacional**

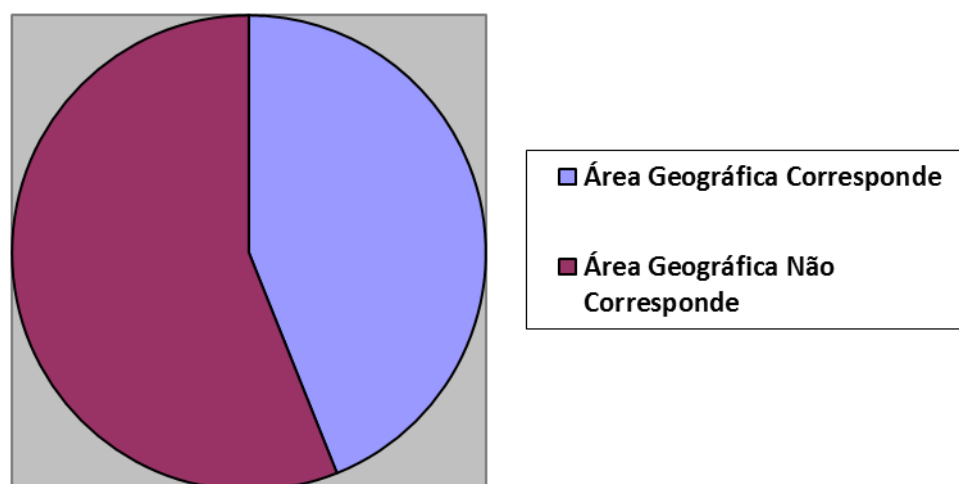
Tipificando a análise observamos que em termos de linguagem, predomina a linguagem nobre.



**Gráfico 7 - Diferença entre a linguagem erudita e a vernacular**

- Linguagem erudita: (96,96%)
- Linguagem vernacular: (3,33%)

Em termos de área de classificação, não é possível chegar a uma conclusão pois os resultados são muito semelhantes, mas mais de metade dos bens imóveis desta tipologia incluem o edifício de habitação principal e outros elementos:



**Gráfico 8 - Diferença entre áreas de classificação**

A tendência de classificar outros elementos essenciais para a compreensão do bem imóvel começou a partir da 2ª metade de década de 70, destacando assim da mesma forma esses elementos<sup>62</sup>. Feita a nossa análise, o que podemos concluir é que existe uma propensão para classificar habitações de linguagem nobre e, na sua maioria, a área de classificação acaba por albergar outros espaços para além das casas, como por exemplo, jardins, anexos agrícolas, entre outros, quando estes demonstram valor patrimonial em conforme.

Os anos em que mais se classificaram imóveis foram 2011, 2012 e 2013. Este aspeto é justificado devido aos inúmeros processos, cerca de seiscentos, que estavam pendentes dos anos anteriores. O prazo transitório de um ano, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2010, determinando o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda, revelou-se insuficiente e o Decreto-Lei n.º 115/2011, de 5 de dezembro, veio prorrogar o prazo para conclusão até 31 de dezembro de 2012, caducando aqueles que não tivessem decisão até à data mencionada. Posto isto, houve um esforço para concluir os processos em atraso, para evitar possíveis caducidades, justificando assim o elevado número de classificações entre 2011 e 2013.

Se tentarmos caracterizar as classificações dos últimos 14 anos, podemos afirmar que se apresentam como dispersas. Este caráter disperso deve ser assumido como uma tendência clara. O conceito de património hoje em dia está cada vez mais alargado e com as ameaças do

<sup>62</sup> RODRIGUES, Miguel Areosa - *A proteção do património Arquitetónico e Arqueológico: evolução Administrativa e Conceptual*. Dissertação final do Curso de Defesa Nacional 2005/2006, policopiado, Setembro de 2006, p. 10

presente, o sentimento de perda leva-nos a querer salvaguardar tudo aquilo que entendemos como testemunhos na nossa comunidade. O fato de usarmos a classificação com um símbolo assumido de qualidade também nos leva muitas vezes a esquecer o fator “tempo”.

## 2.5) Critérios

Inteiramente relacionados com a classificação, estão os critérios que também se modificam e adaptam, justificando as classificações de diferentes graus. Desde Riegl (1858-1905), com o *Culto Moderno dos Monumentos*<sup>63</sup>, que se estabelecem valores para atribuir aos monumentos e, se nessa altura, até existia a distinção de monumentos intencionais e não-intencionais<sup>64</sup>, hoje em dia isso já não acontece, especialmente com o surgimento de “novos” patrimónios (como por exemplo, o imaterial) que trazem novos problemas de salvaguarda e outras necessidades de preservação.

Outro aspeto a ter em consideração são as obras de arquitetura mais recentes que começam a ser classificadas. Aqui, o fator tempo deixa de ser importante e o valor de antiguidade é destronado. Também os valores de remomeração de Riegl<sup>65</sup> e de memória colectiva de Françoise Choay<sup>66</sup>, ainda que importantes, começam a ver outros valores a serem assumidos, sendo imperativo que se reconheça o novo e o contemporâneo.

No quadro legal português, mais concretamente no artigo 17º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural<sup>67</sup>, são tidos em conta os seguintes critérios:

- O carácter matricial do bem;
- O génio do respetivo criador;
- O interesse do bem enquanto testemunho simbólico ou religioso;
- O interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos;
- O valor estético, técnico ou material intrínseco do bem;
- A conceção arquitetónica, urbanística e paisagística;
- A extensão do bem e o que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva;
- A importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica;

---

<sup>63</sup> RIEGL, Alois – *O Culto Moderno dos Monumentos*. Lisboa: Edições 70, 2013.

<sup>64</sup> Para Riegl, os monumentos históricos dividem-se em monumentos intencionais e não-intencionais, mas são dependentes uns dos outros. Para consultar mais sobre este assunto, *vide* RIEGL, Alois – *O Culto Moderno dos Monumentos*. Lisboa: Edições 70, 2013.

<sup>65</sup> RIEGL, Alois – *O Culto Moderno dos Monumentos*. Lisboa: Edições 70, 2013. p.

<sup>66</sup> CHOAY, Françoise – *Património e Mundialização*. Lisboa: Casa do Sul Editora, 2006. p.

<sup>67</sup> A Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, foi a primeira lei de que estabeleceu as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural. Definiu o conceito e o âmbito do património cultural e estabeleceu os princípios gerais da inventariação, planeamento, entre outros. Delimitou ainda os trâmites do processo de classificação de património cultural.

- As circunstâncias suscetíveis de acarretarem diminuição ou perda da perenidade ou da integridade do bem.

Já no n.º 1 do artigo 21º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, é feita uma tipificação dos valores de interesse cultural dos bens imóveis, sendo eles: histórico; paleontológico; arqueológico; arquitetónico; artístico; etnográfico; científico; social; industrial; técnico. Para além disso, são também estabelecidos os Critérios Gerais de Classificação (histórico-cultural; estético-social e técnico-científico) e os Critérios Complementares (integridade, autenticidade e exemplaridade).

Todavia, não há fórmula matematicamente correta que possamos aplicar para distinguir aquilo que deve ser classificado do que não deve ser. Podemos falar da discricionariedade técnica<sup>68</sup>: frases como “génio do respetivo criador” ou “valor estético do bem”, explícitas na lei, podem-se manifestar ao longo do tempo como altamente subjetivas e visto que, de facto, os processos não são mecânicos, mas sim fruto de uma reflexão institucional, afirma-se ainda mais a subjetividade desses mesmos critérios. No entanto, esta ambiguidade não é negativa, pois não oferece um carácter limitativo.

Para responder ao problema da subjetividade, os responsáveis pelos processos de classificação devem-se pautar por uma investigação rigorosa e pela aplicação coerente e lógica dos critérios. O que deve ter sido em conta e considerado como um dos aspetos mais importantes é o carácter colegial da decisão, pois o processo passa por várias pessoas, especialmente quando é analisado no Conselho Nacional de Cultura, eliminado assim a possibilidade da parcialidade do técnico e dos critérios de classificação que aplicou durante a instrução do processo.

---

<sup>68</sup> FERREIRA, David; RODRIGUES, Miguel – *A Classificação do Património Imóvel: do Estado Novo aos nossos dias*. p. 4

## 2.6) Processos de Classificação de Monumento Nacional e de Interesse Público

Apesar do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, esclarecer os trâmites legais dos processos de classificação desde 1 de janeiro de 2010, pensamos ser necessária uma breve explicação sobre os mesmos.

### Abertura do procedimento

Atualmente, o processo administrativo da classificação de um bem imóvel pode partir de uma proposta interna (DGPC ou DRC territorialmente competente) ou por parte de qualquer interessado, segundo o artigo 25.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro. Este artigo afirma que os pedidos podem ser da responsabilidade de *qualquer pessoa ou organismo, público ou privado, nacional ou estrangeiro*<sup>69</sup>.

O primeiro passo é a proposição de um bem para uma eventual classificação com o grau de monumento nacional, imóvel de interesse público ou imóvel de interesse municipal, que corresponde ao preenchimento de um formulário, o Requerimento Inicial do Procedimento de Classificação de Bens Imóveis. O formulário para abertura do processo de classificação, disponível nas páginas eletrónicas da DGPC<sup>70</sup> e das Direções Regionais, deve conter três elementos fundamentais, descritos no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro: *identificação, localização e descrição do bem imóvel; identificação, sempre que possível, da propriedade, posse ou outro direito real de gozo, relativo ao bem imóvel e, por último, o fundamento do pedido em função do interesse cultural do bem imóvel*<sup>71</sup>. Este requerimento deve ser direcionado atualmente à DGPC<sup>72</sup>, apesar da instituição mencionada no mesmo Decreto-Lei ser ainda o IGESPAR<sup>73</sup>. O requerimento dá também conhecimento dos documentos a anexar necessários, como memórias descritivas e justificativas e elementos de representação gráfica e cartográfica.

Quando recebido o requerimento, a DGPC ou a Direção Regional de Cultura territorialmente competente tem o prazo de vinte dias para averiguar se o mesmo contém todas

---

<sup>69</sup> Artigo 25.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro

<sup>70</sup> [Requerimento Inicial do Procedimento de Classificação de Bens Imóveis](http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/recursos/formularios/requerimentoripcbi.pdf). Disponível on-line em: <http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/recursos/formularios/requerimentoripcbi.pdf>. Última consulta a 20 de abril, pelas 13h17.

<sup>71</sup> Artigo 5.º do Decreto-Lei 309/2009, de 23 de outubro

<sup>72</sup> Ou à Direção Regional de Cultura competente.

<sup>73</sup> O IGESPAR, Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, foi fundado em 2006, através do Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de outubro. Esta instituição resultou da junção do Instituto Português de Arqueologia e do Instituto Português do Património Arquitetónico. Teve como principais competências a salvaguarda, a promoção e a valorização do património cultural. Foi extinto em 2012.

as informações necessárias para que seja válido e faz também uma apreciação do valor patrimonial do bem imóvel proposto, através dos critérios enunciados no artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro. Posto isto, a mesma entidade tem sessenta dias para decidir se dá início ao pedido de abertura ou se o arquiva, realizando um parecer técnico. Quando a classificação é assumida, pode-se estabelecer uma zona especial de proteção provisória de forma a salvaguardar o imóvel.

No caso do processo ser aberto, a entidade competente tem de notificar o *proprietário, o possuidor ou o titular de outro direito real sobre o imóvel, a câmara municipal do município onde se situe o bem imóvel e, quando diferente, o requerente da decisão de abertura do procedimento de classificação*<sup>74</sup>. Esta notificação deve conter *o conteúdo e objeto da decisão de abertura do procedimento de classificação; uma planta de localização e implantação do bem imóvel e da respetiva zona geral de proteção ou da zona especial de proteção provisória; os efeitos da abertura do procedimento; a aplicação aos bens imóveis situados na zona geral de proteção ou na zona especial de proteção provisória do regime de suspensão*<sup>75</sup>. Devem ser ainda notificadas a Direção- Geral do Tesouro e das Finanças, a Conservatória do Registo Predial, a Ordem dos Arquitetos, a Ordem dos Engenheiros e finalmente, as Estruturas Associativas de Defesa do Património. Para além disso, é necessária a publicação da decisão de abertura do processo na 2.ª série do Diário da República e ainda, a publicação da mesma nas páginas eletrónicas na DGPC e da Direção Regional de Cultura territorialmente competente. No caso do processo ser arquivado apenas o requerente inicial é notificado.

Após a abertura do processo, o imóvel em causa é considerado em vias de classificação, ganhando uma série de “vantagens”, entre elas, a necessidade de elaboração de um parecer para qualquer tipo de obra ou alteração no imóvel, proibição de usucapião<sup>76</sup>, entre outros.

Estando aberto, o processo tem um ano de validade a partir do dia de abertura. Passado o período indicado, os processos caducam mas podem ser prorrogados até 120 dias. Todavia, a abertura de um processo caducado tem de ser expressamente fundamentado e só pode ser concedida pelo diretor geral da DGPC. O Decreto-Lei n.º 115/2011, de 5 de dezembro, veio prorrogar o prazo para conclusão de muitos processos que se arrastavam há vários anos até 31 de dezembro de 2012, caducando aqueles que não tivessem decisão até à data mencionada, o que levou a um elevado número de classificações no ano de 2012.

### **Instrução do procedimento de classificação**

---

<sup>74</sup> Artigo 9.º do Decreto-Lei 309/2009, de 23 de outubro

<sup>75</sup> Artigo 9.º do Decreto-Lei 309/2009, de 23 de outubro

<sup>76</sup> Usucapião é um substantivo que indica a apropriação de uma propriedade através da posse pacífica durante certo tempo. Disponível on-line em: <http://www.priberam.pt/dlpo/usucapi%C3%A3o>. Última consulta a 20 de abril, pelas 14h40.

Com o processo oficialmente aberto, é realizada a instrução do procedimento de classificação. Esta etapa consiste em reunir todas as informações necessárias que assegurem a classificação do imóvel, formando o documento instrutório do procedimento de classificação. Na instrução do processo têm de ser tido em conta outros aspetos: o valor patrimonial é, obviamente, um deles e há sempre uma análise ao imóvel proposto. Essa análise pode ir do estudo histórico do imóvel ao estudo arquitetónico, passando pela sua relação com a comunidade local e pelo seu valor artístico. É importante também refletir o seu estado de conservação e a sua autenticidade. Muitas vezes, o estado do imóvel não corresponde ao que anteriormente era, devido a obras realizadas, o que impede muitas vezes os pareceres favoráveis, por lhes tirar valor de autenticidade.

A proposta de zona especial de proteção pode ser incluída neste documento. Incluído neste patamar e obrigatório por lei<sup>77</sup>, tem de ser elaborado um parecer obrigatório por parte do Conselho Nacional de Cultura<sup>78</sup>.

A etapa seguinte resulta no projeto de decisão de classificação. Nesta fase, se o arquivamento for o pretendido, têm de se realizar as notificações previstas nos números 1 a 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro. Caso se quiser dar seguimento à classificação do imóvel em questão, realiza-se nova audiência prévia dos notificados. Se nesta fase não forem encontradas reclamações passa-se à fase seguinte, a proposta de decisão final do procedimento de classificação.

No projeto de decisão devem ser mencionadas todas as informações que fizeram parte do processo de classificação, bem como se houve ou não, reclamações na audiência prévia dos interessados. Deve ainda ser incluída a proposta de grau de classificação, monumento nacional ou imóvel de interesse público, e, se possível, a fixação da zona especial de proteção. Todavia, a zona especial de proteção pode ser fixada até 18 meses depois da publicação da decisão do procedimento, segundo o artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro.

Nesta etapa a DGPC envia um anúncio com a proposta de decisão para o Diário da República e é cumprido o disposto nos números 1 e 3 do artigo 9.º e nos números 1 e 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, que garantem a notificação dos interessados e a comunicação à Direção- Geral do Tesouro e das Finanças, à Conservatória do Registo Predial, à Ordem dos Arquitetos, à Ordem dos Engenheiros e às Estruturas Associativas de Defesa do Património. Caso não ocorram reclamações, a DGPC elabora o relatório final e

---

<sup>77</sup> Artigo 22.º do Decreto-Lei 309/2009, de 23 de outubro.

<sup>78</sup> O Conselho Nacional de Cultura foi criado através do Decreto-Lei 215/2006, de 27 de outubro, com órgão consultivo do Ministério da Cultura. Atualmente tem como principal missão emitir pareceres e recomendações sobre objetivos da política cultural e propor medidas necessárias ao seu desenvolvimento. Para obter mais esclarecimentos sobre este assunto, *vide* <http://www.gmcs.pt/pt/decreto-lei-n-1322013-de-13-de-setembro-constituicao-e-funcionamento-do-conselho-nacional-de-cultura-e-das-suas-seccoes-especializadas>. Última consulta a 17 de maio, pelas 15h18.

apresenta-o ao membro do Governo responsável pela área da cultura, atualmente, Secretariado de Estado, com o intuito de publicar o Projeto de Diploma.

Este Projeto de Diploma deve ser publicado por decreto, caso o grau de classificação seja de Monumento Nacional, ou por portaria, caso o grau de classificação seja de Interesse Público<sup>79</sup>. Nesta publicação do Diário da República devem ser descritos o conteúdo e o objeto da classificação<sup>80</sup> e ainda incluir uma planta de localização e implantação do imóvel e do património móvel integrado, quando existente. Mais uma vez, deve ser cumprido o disposto nos números 1 e 3 do artigo 9.º e nos números 1 e 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, garantindo assim a notificação dos interessados, da Direção- Geral do Tesouro e das Finanças, da Conservatória do Registo Predial, da Ordem dos Arquitetos, da Ordem dos Engenheiros e das Estruturas Associativas de Defesa do Património. O ato de classificação é também divulgado nas páginas eletrónicas da DGPC e da Direção Regional e da Câmara Municipal competentes.

PASSOS	ARTIGOS
<b>1ª Fase: Abertura de Procedimento</b>	Secção I do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro
Iniciativa do processo e requerimento	Artigos n.º 4 e 5 do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro
Apreciação da proposta	Artigo n.º 7 do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro
Decisão de abertura do procedimento de classificação	Artigo n.º 8 do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro
Publicação no Diário da República 2ª série Notificação dos interessados, comunicação e divulgação	Artigos n.º 9 e 10 do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro

<sup>79</sup> A importância das leis do Estado Português está organizada através de uma hierarquia. Posto isto, um decreto-lei é um diploma legislativo emitido pelo Governo da República no exercício das suas funções legislativas sobre assuntos não reservados à Assembleia da República; assuntos de reserva relativa da Assembleia da República, mediante autorização desta ou, diploma de desenvolvimento dos princípios ou das bases gerais dos regimes jurídicos contidos em leis que a eles se circunscrevam. A sua formação pode ser feita através de a) assinatura do Primeiro Ministro e do Ministro competente e mais tarde da do Presidente da República ou através de b) aprovação do Conselho de Ministros e aprovação posterior do Presidente da República. Para ver mais sobre este assunto *vide* os artigos 198º da Constituição da República Portuguesa. Uma portaria corresponde a um documento realizado para pôr em prática instruções da aplicação de leis. Como exemplo, temos a Portaria n.º 223/2012, de 24 de julho, que *determina a estrutura e competências das unidades orgânicas nucleares da DGPC*, mencionadas no Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio.

<sup>80</sup> Exemplo de diploma de classificação da Casa e jardim da Vilarinha, 431 a 475, também denominada Casa de Manoel de Oliveira disponível on-line em: <https://dre.pt/application/file/66538752>. Última consulta no dia 27 de abril de 2015, às 11h40.



Reclamações	Artigo n.º 13 do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro
<b>2ª Fase: Instrução do Procedimento</b>	Secção III do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro
Diligências instrutórias: parecer técnico	Artigo n.º 18 do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro
Parecer do órgão consultivo	Artigo n.º 22 do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro
Projeto de decisão	Artigo n.º 23 do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro
Publicação no Diário da República 2ª série Notificação dos interessados, comunicação e divulgação	Secção V do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro
Relatório e proposta de decisão final	Artigo n.º 29 do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro
Ato de classificação	Artigo n.º 32 do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro
Notificação da decisão final, comunicações e divulgação	Artigo n.º 31 do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro
Publicação no Diário da República 2ª série	Artigo n.º 32 do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro

**Tabela 5 - Trâmites do procedimento de classificação**

### **Desclassificação de um bem classificado**

No caso da desclassificação de algum bem, tem de haver um despacho do Secretário de Estado da Cultura favorável e têm ainda de ser realizadas as respetivas notificações expressas nos artigos 9.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro. Com a abertura do processo de desclassificação, o imóvel não perde os efeitos de salvaguarda garantidos pela classificação<sup>81</sup>.

<sup>81</sup> Por não ser alvo do nosso estudo, mais informações sobre a tramitação de processos de desclassificação disponíveis on-line em: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/classificacao-de-bens-imoveis-e-fixacao-de-zep/passos-de-um-processo-de-classificacao/>. Última consulta a 26 de abril, pelas 18h40.

## **Classificações de interesse municipal**

Conforme o artigo n.º 15 da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, cabe às Câmaras Municipais territorialmente competentes a classificação de imóveis de interesse municipal. O procedimento da classificação segue os mesmos pressupostos do capítulo II do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro. Tratando-se de um conjunto ou sítio, as disposições legais são também efetuadas de acordo com o capítulo IV do mesmo Decreto. Em relação às zonas de proteção, *os bens imóveis classificados, ou em vias de classificação, podem dispor de uma zona especial de proteção provisória ou de uma zona especial de proteção, quando os instrumentos de gestão territorial não assegurem o enquadramento necessário à proteção e valorização do bem imóvel, mediante deliberação do órgão autárquico competente*<sup>82</sup>.

Quanto à comunicação e divulgação dos resultados, compete à Câmara Municipal em caso e à Direção Regional responsável, divulgar nas respetivas páginas eletrónicas os bens imóveis classificados como de interesse municipal e suas zonas de proteção.

## **Inventariação**

Para além da classificação, está estabelecido no artigo 16º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, o registo patrimonial de inventário como forma de proteção dos bens patrimoniais. Atualmente existe o inventário nacional dos bens culturais, estando presente na página eletrónica da Direção Geral do Património Cultural. Estão ainda disponíveis no mesmo *site* kits de inventariação<sup>83</sup> para que qualquer entidade ou cidadão possa contribuir para o inventário, de forma a aproximá-lo e a relacioná-lo com a salvaguarda do nosso património. Os kits estão divididos por categorias, nomeadamente: Património Arquitetónico – Geral, Habitação Multifamiliar do Século XX, Património Industrial, Património Arquitetónico – Edifícios conventuais capuchos e Património Arquitetónico – Igrejas de Misericórdia.

---

<sup>82</sup> Número 1 do artigo 58.º do Decreto-Lei 309/2009, de 23 de outubro.

<sup>83</sup> Kits de inventariação desenvolvidos pelo IHRU e pelo ex-IGESPAR, disponíveis online em: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/como-inventariar/>. Última consulta a 21 de abril, pelas 11h41.

## Capítulo 3. – Site da DRCN

### 3.0) Metodologia

Na abordagem que fazemos à construção do *site* da DRCN, damos preferência à língua inglesa para termos relacionados com informática, uma vez que o inglês é amplamente usado na linguagem corrente. Para uma melhor compreensão e para facilitar a leitura, optamos por desenvolver um glossário ilustrado.

Os *print-screens* do *site* anterior foram conseguidos através do *site* [www.arquivo.pt](http://www.arquivo.pt)<sup>84</sup> e permite a pesquisa de *sites* já offline e que guarda respetivas capturas de imagens.

Por motivos metodológicos, optamos por descrever a instituição e os seus serviços juntamente com os menus descritivos no subcapítulo 3.4.2), para potencializarmos ao máximo o entendimento da organização do *site*.

### 3.1) Glossário

**Backoffice:** É através do *backoffice* que se fazem modificações no *site*. Esta vertente está vedada ao utilizador final que o visualiza e encontra-se protegida por um código de utilizador e palavra-passe.

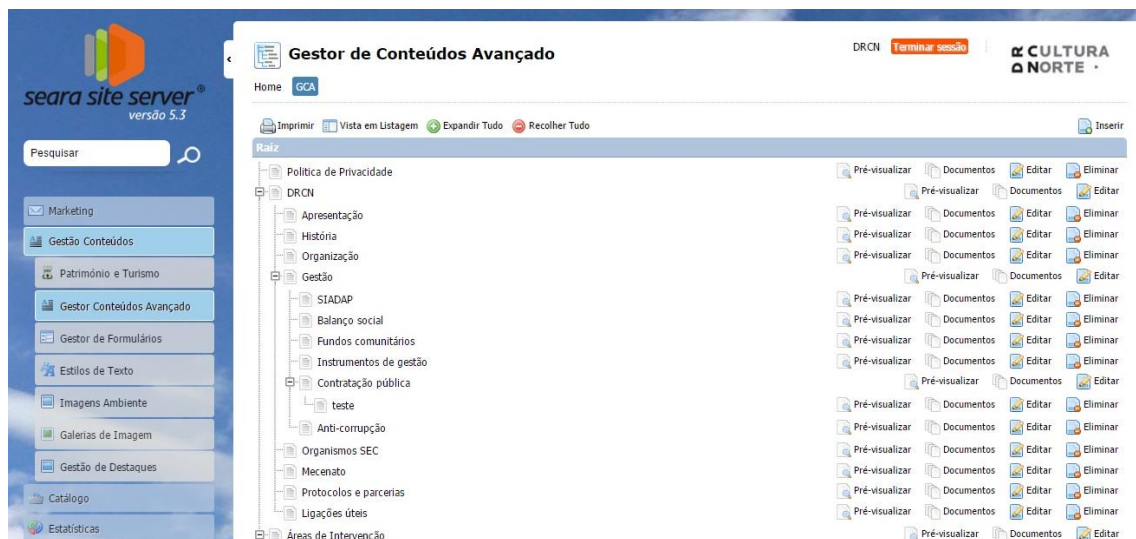


Ilustração 2 - *Backoffice*

**Banners:** O *banner* é uma forma de divulgação e de publicidade que os *sites* usam, fazendo normalmente *link* para outros *sites*. No entanto, no nosso caso, o *banner* não possui *link* e tomou

<sup>84</sup> Para saber mais sobre este site, consulte: [http://sobre.arquivo.pt/?set\\_language=pt](http://sobre.arquivo.pt/?set_language=pt). Última consulta a 1 de setembro de 2015, pelas 21h40.

a função de preencher e animar a página e ao mesmo tempo promover os espaços e património afeto da DRCN. Podem ter vários formatos, vertical, horizontal, circular, entre outros.

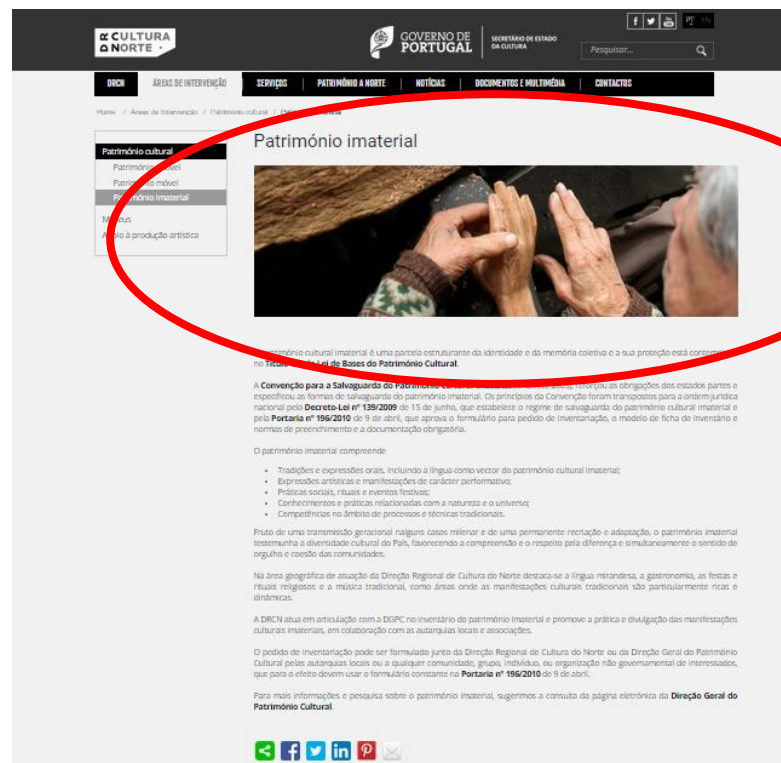


Ilustração 3 - Banners

**Bold:** Estilo de formatação de letra. Utilizado para destacar informação. Em português: **negrito**.

**Browser:** Um *browser* é um *software* de aplicação que se utiliza para navegar na internet. Existem inúmeros *browsers* sendo que os mais conhecidos são o Google Chrome, o Internet Explorer e o Safari. Em português: navegador.

**Bullets:** Caracter tipográfico introduzido para criar listas. Pode ter vários formatos, como é possível visualizarmos na imagem a baixo. Em português: marca.

- |          |          |          |
|----------|----------|----------|
| • Apple  | ○ Apple  | ▪ Apple  |
| • Orange | ○ Orange | ▪ Orange |
| • Grape  | ○ Grape  | ▪ Grape  |
| • Mango  | ○ Mango  | ▪ Mango  |
| • Cherry | ○ Cherry | ▪ Cherry |
|          |          |          |
| ❖ Apple  | ➤ Apple  | ✓ Apple  |
| ❖ Orange | ➤ Orange | ✓ Orange |
| ❖ Grape  | ➤ Grape  | ✓ Grape  |
| ❖ Mango  | ➤ Mango  | ✓ Mango  |
| ❖ Cherry | ➤ Cherry | ✓ Cherry |

**Ilustração 4 - Bullets**

**Download:** Transferência *online* de ficheiros entre computadores ou outros dispositivos.

**Freeware:** *Freeware* são tipos de *software* (ver a baixo) de livre acesso. Exemplos disto são o AVG e o Avast!, ambos *software* antivírus.

**Frontoffice:** O *frontoffice* é o *software* a que o visitante do site tem acesso.



**Ilustração 2 - Frontoffice**

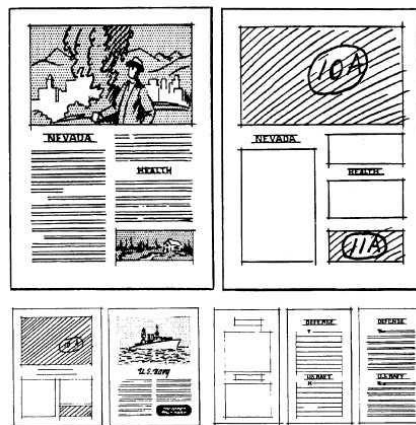
**Hashtag:** Palavras usadas maioritariamente nas redes sociais para associar informação. Representam-se precedidos por um # e formam um *link*. Esse *link* direciona-nos para uma pesquisa sobre a *hashtag* em questão. Exemplo: #patrimonioanorte.

**Homepage:** Página inicial de um *site*.



**Ilustração 3 - Homepage**

**Layout:** O *layout* é uma estrutura usada para definir páginas. Estas podem ser *offline*, como por exemplo jornais, ou *online*, como por exemplo, *sites* e *blogs*. Num *layout* podem estar definidos tamanhos de caixas de textos, dimensões de imagens, tamanhos de letras, entre outros.



**Ilustração 4 - Layout**

**Links:** Diminutivo de *hyperlink*, o *link* é um meio de ligação entre informação que tanto pode estar *online* ou *offline*. Normalmente, apresenta-se a cor azul e com sublinhado. Exemplo: [www.google.pt](http://www.google.pt) ou [Google](http://Google).

**Offline:** Que não está em linha ou indisponível na internet.



**Online:** Que está em linha ou disponível na internet.

**Print-screen:** Tal como o nome indica, esta ferramenta serve para capturar “imprimir” imagens que visualizamos no ecrã do computador. Assim que captadas, podemos guardar as imagens, editá-las, imprimi-las e até partilha-las com outras pessoas.

**Scroll:** Barra vertical no lado direito do *browser* que permite a visualização de um *site*.

**Software:** *Software* é programas informático. Ao contrário de *hardware* que são peças físicas constituintes do computador, estes programas são conteúdos virtuais. Podem ainda ser de várias naturezas, como por exemplo, *software* de sistema (ex: Windows), *software* de aplicações (ex: Google Chrome), *software* de simulação (ex: Flight Simulator), *software* livre (ex: Linux), entre outros.

**Upload:** Envio *online* de ficheiros entre computadores ou outros dispositivos.

**Website:** *Website*, ou *site*, representa um conjunto de páginas *online* acessíveis no mesmo endereço. Todo o conjunto de *websites* existentes formam a *World Wide Web*.

### 3.2) Importância dos meios digitais para o património

Atualmente vivemos num mundo digital, em que cada um de nós diariamente se confronta com o facto de que é cada vez mais impensável existirmos sem acesso à internet. Um estudo conduzido pela Universidade de Washington intitulado de “The Global Impact Study of Public Access to Information & Communication Technologies”<sup>85</sup>, concluiu que, nos países menos desenvolvidos, o acesso à informação digital e às tecnológicas de comunicação desempenham hoje um papel importante para o relacionamento interpessoal e para o próprio *know-how* de saber estar *online*. Se esta é a realidade nos países subdesenvolvidos, nos desenvolvidos esta situação multiplica-se exponencialmente, num mundo que muda diariamente e em que “*as sociedades ainda se estão a adaptar*”<sup>86</sup>.

---

<sup>85</sup> Para saber mais sobre esta investigação, <http://tascha.uw.edu/publications/connecting-people-for-development>. Última consulta dia 18 de setembro, pelas 22h10.

<sup>86</sup> BESSA, Maria Elisa – *O papel do património na era da globalização*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação, Variante em Cultura, Património e Ciência apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Porto, 2012.

Para além dos utilizadores particulares, cada instituição, empresa ou organização deve garantir a sua presença *online*<sup>87</sup>. Os meios digitais são uma ferramenta necessária para assegurar a promoção, divulgação e comunicação da informação, a criação de sensibilidades e opiniões, e há que saber tirar o melhor partido deles.

No caso que analisamos neste relatório, torna-se evidente que plataformas como *sites* e redes sociais, permitem novas formas para sensibilizar o público para o património cultural, tais como a comunicação constante e a partilha de imagens. É essencial que haja uma aproximação entre as pessoas e a herança que substantivos como “património”, “história”, entre outros, carregam. Acima de tudo, é necessário cativar novos públicos e as metodologias que tiram partido do fator digital e da difusão eletrónica devem ser encaradas como um novo caminho a percorrer. As tecnologias de informação e comunicação vieram então garantir que as organizações pudessem melhorar e adaptar os seus conteúdos, criando novas estratégias de mercado<sup>88</sup>.

Para estudar qual a melhor estratégia de comunicação a pôr em prática, é necessário identificar quais as tecnologias mais apropriadas para o conteúdo cultural da instituição em questão<sup>89</sup>. Para os *sites* que juntam componentes administrativas, e ao mesmo tempo componentes de divulgação, há-que encontrar um equilíbrio, fazendo com que as informações mais importantes cheguem ao visitantes mas que, ao mesmo tempo, haja uma chamada de atenção para outros assuntos relevantes, considerados de destacar por parte de quem pensou sobre e/ou gere o *site*.

É também interessante notar que atualmente vemos as aplicações para dispositivos móveis ganharem terreno, pois: “the objective is to utilize the fast growing mobile media for providing information that is useful to tourists...”<sup>90</sup>. As aplicações para este tipo de dispositivos contribuem muito para qualquer organização, pois graças à velocidade com que hoje comunicamos é possível que notícias e eventos sejam divulgados nos quatro cantos do mundo em meros segundos. Este tipo de tecnologia permite com que o utilizador fique ligado às suas experiências culturais em 3 fases: antes do acesso, através da divulgação; durante o acesso, partilhando a experiência que se está a viver *online* e após o acesso, criando uma memória<sup>91</sup>.

---

<sup>87</sup> “Importance of internet world and its impact on human life study”. Disponível online em <http://dazeinfo.com/2012/02/02/importance-of-internet-world-and-its-impact-on-human-life-study/>. Última consulta a 18 de setembro, pelas 23h00.

<sup>88</sup> CANDELLO, Heloisa - *A influência das tecnologias de informação e comunicação (TICs) no consumo do património cultural e turístico por visitantes e residentes: websites e mobile blogs*. Texto policopiado, 2012. p. 53

<sup>89</sup> *Ibidem*, p. 65

<sup>90</sup> *Ibidem*, p. 65

<sup>91</sup> CANDELLO, Heloisa - *A influência das tecnologias de informação e comunicação (TICs) no consumo do património cultural e turístico por visitantes e residentes: websites e mobile blogs*. Texto policopiado, 2012. p. 62



Todavia, a nível nacional, parece-nos oportuno salientar duas iniciativas que através da comunicação e dos meios digitais pretendem divulgar e salvaguardar o nosso património.

*Encontros com o Património*<sup>92</sup> é um programa semanal de rádio desenvolvido em parceria pela DGPC e pela TSF Rádio Notícias. Com o primeiro programa transmitido no ano de 2007, está ainda em emissão e aborda temas como a salvaguarda, gestão e fruição de monumentos, museus, obras, classificações, exposições, eventos, paisagens e personalidades. O grande objetivo deste programa é “*a preocupação de sensibilizar o público-geral, transpondo a habitual mas também necessária mensagem mais direcionada para os especialistas ou profissionais da área*”<sup>93</sup>. As emissões deste programam contam sempre com um moderador de debate que questiona os especialistas escolhidas, diretamente ligadas aos temas abordados em cada episódio.

Este programa cria assim uma democratização ao acesso ao património cultural e pretende desenvolver sensibilidades culturais, tentando aproximar as pessoas/os ouvintes(?) a uma questão que delegam apenas nos profissionais, julgando que a sua opinião não é significativa<sup>94</sup>.

*Visita Guiada* é um programa televisivo do canal RTP2<sup>95</sup>. Atualmente na quinta temporada, *Visita Guiada* tem formato vídeo e áudio e “*dá a conhecer o Património Cultural português*”<sup>96</sup>.

Da mesma maneira que o primeiro programa quer desmitificar o conceito monótono de património, este programa tenta com o rigor científico “*innovar na forma de comunicar o património cultural e torná-lo acessível*”<sup>97</sup>.

Em cada episódio é escolhido um tema, que pode ser uma instituição, um local, uma personalidade ou até um objeto. Os participantes do *Visita Guiada* são constituídos por uma jornalista que nos guia pelo episódio e ainda por investigadores do tema abordado.

Para além da versão vídeo, este programa tem também emissão na rádio Antena 1.

---

<sup>92</sup> Página do programa com episódios para audição disponível em: [http://www.tsf.pt/programa/encontros\\_com\\_o\\_patrimonio.html](http://www.tsf.pt/programa/encontros_com_o_patrimonio.html). Última consulta a 22 de setembro de 2015, pelas 23h40.

<sup>93</sup> *Património cultural: entre o acontecimento e a comunicação* in Revista Património, volume II. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2014. p. 173

<sup>94</sup> *Ibidem*

<sup>95</sup> Página do programa com episódios para visualização disponível em: <http://www.rtp.pt/programa/tv/p31777>. Última consulta a 22 de setembro de 2015, pelas 00h10.

<sup>96</sup> <http://www.rtp.pt/programa/tv/p31777>. Última consulta a 22 de setembro de 2015, pelas 00h40.

<sup>97</sup> *Património cultural: entre o acontecimento e a comunicação* in Revista Património, volume II. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2014. p. 175

### 3.3) O site anterior



Ilustração 5 - Site anterior

O *site* anterior esteve online desde 2003 a Maio de 2015 e foi realizado pela empresa Sistemas de Futuro<sup>98</sup>. Desde o primeiro contacto que tivemos com este *site*, achámos que o mesmo tinha algumas fragilidades. Nesse momento também percebemos que a informação se encontrava dispersa e desorganizada, sem uma divisão de menus clara, capaz de agrupar a informação disponível de acordo com uma tipologia e hierarquia lógica.

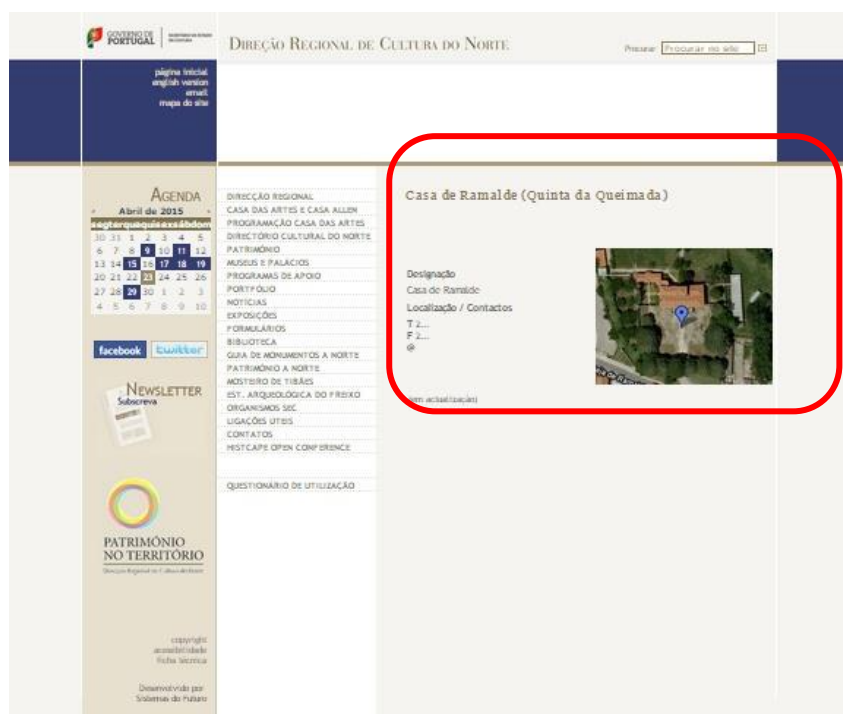
DIRECÇÃO REGIONAL
CASA DAS ARTES E CASA ALLEN
PROGRAMAÇÃO CASA DAS ARTES
DIRECTÓRIO CULTURAL DO NORTE
PATRIMÓNIO
MUSEUS E PALÁCIOS
PROGRAMAS DE APOIO
PORTFÓLIO
NOTÍCIAS
EXPOSIÇÕES
FORMULÁRIOS
BIBLIOTECA
GUIA DE MONUMENTOS A NORTE
PATRIMÓNIO A NORTE
MOSTEIRO DE TIBÃES
EST. ARQUEOLÓGICA DO FREIXO
ORGANISMOS SEC
LIGAÇÕES ÚTEIS
CONTACTOS
HISTCAPE OPEN CONFERENCE
QUESTIONÁRIO DE UTILIZAÇÃO

Ilustração 6 - Organização dos menus

<sup>98</sup> Site da empresa Sistemas de Futuro disponível online em: <http://www.sistemasfuturo.pt/>. Última consultada a 15 de setembro, pelas 19h40.

Na nossa opinião, a página principal e os serviços eram as áreas mais problemáticas.

No que diz respeito às páginas dos bens imóveis, algumas encontravam-se desatualizadas, com campos sem informação e com mapas geograficamente incorretos.



**Ilustração 7 - Campos sem informação**

A nível gráfico, o *site* pautava pelo aspeto confuso e pelo design pouco apelativo, com cores neutras. Não tinha muita variedade de imagens, não tirando partido do vasto património que está afeto à DCRN. Além disso, as fotografias não se encontravam editadas. Existiam ficheiros já datados e inacessíveis, como *links* para *sites* que já não existiam ou ligações para *pdfs* já *offline*.

### **3.4) O novo site da DRCN**

#### **3.4.1) Origem**

A oportunidade de construir um novo *site* surgiu ainda quando a Arq. Paula Silva era diretora de serviços da DSBC (2006-2013). As primeiras propostas apresentavam um *site* com uma vertente muito forte de promoção turística. Ao longo do processo, contudo, verificou-se que o enfoque nesta área era exagerado e portanto, redutor, perante a vasta gama de competências da DRCN. Era de fato necessário dar a entender ao público que, apesar da

importância que tem a gestão dos bens imóveis afetos à DRCN, existem outras áreas de intervenção e serviços muito relevantes e a merecer destaque. A organização da nova página eletrónica procurou então refletir a totalidade das missões, competências e serviços prestados pela DRCN, através de uma hierarquização lógica e equilibrada da informação, um dos aspetos centrais no desenho de qualquer *site* institucional.

### **3.4.2) Estrutura**

A estrutura do novo *site* foi objeto de um debate interno que se prolongou praticamente até ao momento da inauguração. Os menus e submenus procuram demonstrar o que é a DRCN e quais os seus meios de atuação. Por um lado, havia a necessidade de mostrar quais os campos de ação desta instituição, quais as suas competências e qual a sua estratégia ou posicionamento relativamente às missões que tem de cumprir. Por outro lado, interessava realçar a vertente de serviço ao público, que alberga aspetos muito variados.

Subjacente a todo o processo esteve sempre a ideia que o *site* é parte integrante da imagem institucional da DRCN. Esta imagem é muito importante, pois atualmente o primeiro contacto que o público tem com entidades públicas ou empresas é cada vez mais através de meios digitais, quer seja através de *sites*, quer através de redes sociais. No caso do *site* da DRCN, por exemplo, verificamos que 40% das visitas são provenientes do *facebook*.

O *site* [culturanorte.pt](http://culturanorte.pt) apresenta agora uma organização muito clara, dividida em 5 menus. Para um melhor entendimento da descrição abaixo, aconselhamos a sua leitura comparada com a página eletrónica.

SITE CULTURANORTE.PT						
DRCN	ÁREAS DE INTERVENÇÃO	SERVIÇOS	PATRIMÓNIO A NORTE	NOTÍCIAS	DOCUMENTOS E MULTIMÉDIA	CONTACTOS
Apresentação	Património cultural	Intervenção e obras no património	Museus	Notícias	Publicações <i>online</i>	
Organização	Museus	Trabalhos arqueológicos	Mosteiros	Agenda	Legislação	
Gestão	Apoio à produção artística	Classificação de património	Sítios arqueológicos	Clipping	Cartas e convenções	
Organismos SEC		Promoção e dinamização cultural	Catedrais/igrejas	Newsletter	Vídeos	
Mecenato		Gabinete de apoio ao empreendedorismo	Castelos			
Protocolos e parcerias		Escola profissional de Arqueologia	Arquitetura Civil			
Ligações úteis		Biblioteca e arquivo				
		Direito de preferência/Benefícios fiscais				
		Aluguer de espaços				
		Formulários				
		Tabela de preços				

**Tabela 6 - Organização dos menus do *site***

## A) “DRCN”

DRCN	ÁREAS DE INTERVENÇÃO	SERVIÇOS	PATRIMÓNIO A NORTE	NOTÍCIAS	DOCUMENTOS E MULTIMÉDIA	CONTACTOS
APRESENTAÇÃO	ORGANIZAÇÃO	GESTÃO	ORGANISMOS SEC	MECENATO	PROTOCOLOS E PARCERIAS	LIGAÇÕES ÚTEIS

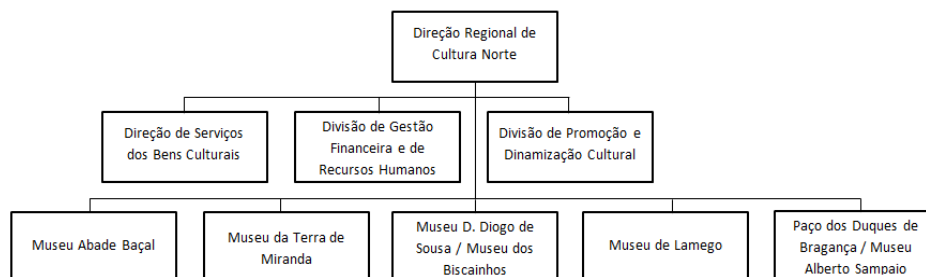
O primeiro menu, “DRCN”, destina-se à apresentação da instituição. O texto principal deste menu faz referência e ligação ao documento legal de criação da DRCN, o Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de outubro. É-nos indicada ainda a sua estrutura nuclear, composta pela DSBC e sete unidades orgânicas flexíveis. O utilizador é também informado sobre a área de atuação, disponível para consulta através da hiperligação ao Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de novembro. Por último, está presente a missão da DRCN: “a criação de condições de acesso aos bens culturais, o acompanhamento das atividades e a fiscalização das estruturas de produção artística financiadas pela Secretaria de Estado da Cultura, o acompanhamento das ações relativas à salvaguarda, valorização e divulgação do património arquitetónico e arqueológico, e ainda, o apoio a museus”<sup>99</sup>.

Ainda dentro deste menu, encontramos 7 submenus. Em “**Apresentação**”, está presente um texto introdutório do atual Diretor Regional de Cultura do Norte, Doutor António Ponte, que salienta dois aspetos revelantes: o facto do *site* representar um modo de partilha do conhecimento e ainda a vontade de, ao mesmo tempo, promover o nosso património e explicar ao público em geral os métodos de trabalho, o enquadramento legal e competências desta instituição. Na nossa opinião, foi neste espírito que todo o *site* foi desenvolvido, atingindo os objetivos pretendidos. Para além deste *site* necessitar de mostrar uma componente administrativa, é preciso que vá mais à frente e que consiga fazer chegar ao público a doutrina de atuação da DRCN: “*articulação entre património cultural, museus e produção artística, de forma a potenciar os recursos disponíveis e criar relações mutuamente enriquecedoras*”<sup>100</sup>.

Em “**Organização**” é explicada a divisão dos serviços da DRCN, representada pelo seguinte organograma:

<sup>99</sup> Menu “DRCN” disponível *online* em: <http://www.culturanorte.pt/pt/drcn/>. Última consulta dia 20 de agosto de 2015, pelas 10h45.

<sup>100</sup> Menu “Áreas de Intervenção” disponível *online* em: <http://www.culturanorte.pt/pt/areas-de-intervencao/>. Última consulta dia 22 de setembro, pelas 21h30.



Organograma 1 - Organização da DRCN

Para além da DSCB, existem ainda a Divisão de Gestão Financeira e de Recursos Humanos (DGFRH) e a Divisão de Promoção e Dinamização Cultural (DPDC). Os museus tutelados pela DRCN consistem em serviços dependentes, sendo eles o Museu Abade Baçal, Museu da Terra de Miranda, Museu D. Diogo de Sousa/Museu dos Biscainhos, Museu de Lamego e Paço dos Duques de Bragança/Museu Alberto Sampaio.

A abrangência de divisões e serviços que englobam a DRCN foi um dos aspetos que dificultou a construção de um *site* equilibrado. Por um lado, temos os serviços relacionados com o património edificado; por outro, os museus. Sem esquecer ainda a DPDC que se ocupa da divulgação das artes. Mas esta abrangência tem igualmente o seu lado positivo. O carácter multidisciplinar e eclético da DRCN é o que permite à instituição cruzar conhecimentos específicos e criar produtos finais de um nível cultural diversificado e autêntico. Um dos casos exemplificativos foi o ciclo de concertos *Do Advento ao Natal*<sup>101</sup>, realizado no âmbito da Operação “Rota das Catedrais do Norte de Portugal” cofinanciada por fundos comunitários europeus. Decorreu entre 7 de dezembro de 2014 a 18 de janeiro e esta iniciativa consistiu numa série de concertos realizadas em várias sés da região norte, com o objetivo de dinamizar a oferta cultural das catedrais. Neste projeto juntou-se o património edificado a atividades culturais no mesmo espaço, sendo apenas um dos vários casos em que se valoriza o património e se criam sensibilidades culturais e, obviamente, os recursos económicos da DRCN crescem.

Em “**Gestão**” temos 6 submenus, com informação legalmente obrigatória nas páginas eletrónicas de instituições públicas.

<sup>101</sup> Notícia do ciclo de concertos na Rota das Catedrais: <http://www.culturanorte.pt/pt/noticias/ciclo-de-concertos-na-rota-das-catedrais/>. Última consulta a 27 de setembro, pelas 16h20.

<b>SIADAP</b>	Sistema interno de avaliação do desempenho na administração pública: determina a avaliação dos funcionários públicos;
<b>Balanço social</b>	<i>“Instrumento de planeamento e gestão nas áreas sociais e de recursos humanos, que permite fornecer um conjunto de informações essenciais sobre a situação social dos serviços e organismos”</i>
<b>Fundos comunitários</b>	Representam um enorme apoio para a realização de inúmeros projetos com o objetivo de, por exemplo, reabilitar o património cultural;
<b>Instrumentos de Gestão</b>	Documentação relativa ao planeamento e a avaliação dos serviços e funcionários, desde relatórios de atividades anuais a regulamento de horário de trabalho, entre outros.
<b>Contratação Pública</b>	Procedimentos que se encontram em fase de concurso. Informações sobre o tipo de prestação realizada e de procedimento, entre outros.
<b>Anticorrupção</b>	Apresentação do plano Anticorrupção da DRCN.

**Tabela 7 - Submenus de "Gestão"**

Em “**Organismos SEC**” são apresentadas uma série de hiperligações de interesse relacionadas com os órgãos da Secretaria de Estado de Cultura, entre eles, Direção-Geral das Artes (DGA), Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), Teatro Nacional S. João, Cinemateca, Biblioteca Nacional de Portugal, entre outros.

No separador “**Mecenato**”, a DRCN destaca a importância dos mecenas na área cultural, numa altura de carência económica em que a área da cultura tem poucos apoios. Faz-se ainda referência aos benefícios fiscais que os mecenas podem obter<sup>102</sup>. A existência do mecenato “*traduz-se na construção de uma parceria com elevada visibilidade, uma associação ao prestígio que decorre da enorme valia patrimonial dos monumentos geridos por esta entidade em todo o Norte do País*”<sup>103</sup>. Por este motivo e também como uma obrigação legal prevista pela Lei n.º 53-A/2006, de 29 de novembro, foi colocada uma listagem de todos os mecenas que se aliaram à DRCN. Neste separador estão colocadas uma série de perguntas

<sup>102</sup> Mecenato cultura disponível online em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/primeiro-ministro/secretarios-de-estado/secretario-de-estado-da-cultura/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/mecenato-cultural.aspx>. Última consulta a 20 de agosto, pelas 11h50.

<sup>103</sup> Menu “Mecenato” disponível online em: <http://www.culturanorte.pt/pt/drcn/mecenato/>. Última consulta a 20 de agosto, pelas 12h00.



frequentes (FAQ)<sup>104</sup> que pretendem ajudar os possíveis interessados em ser parceiros da DRCN. É de facto muito importante salientar a questão do mecenato e tentar esclarecer ao máximo os visitantes do *site*, pois os apoios de terceiros são o que permitem à DRCN ter certas iniciativas culturais.

Finalmente, em “**Protocolos e parcerias**”, é apresentada uma lista de protocolos do ano anterior (2014) e em “**Ligações úteis**” estão disponíveis uma série de hiperligações consideradas de interesse da área da história, da cultura e do património.

## B) “Áreas de intervenção”

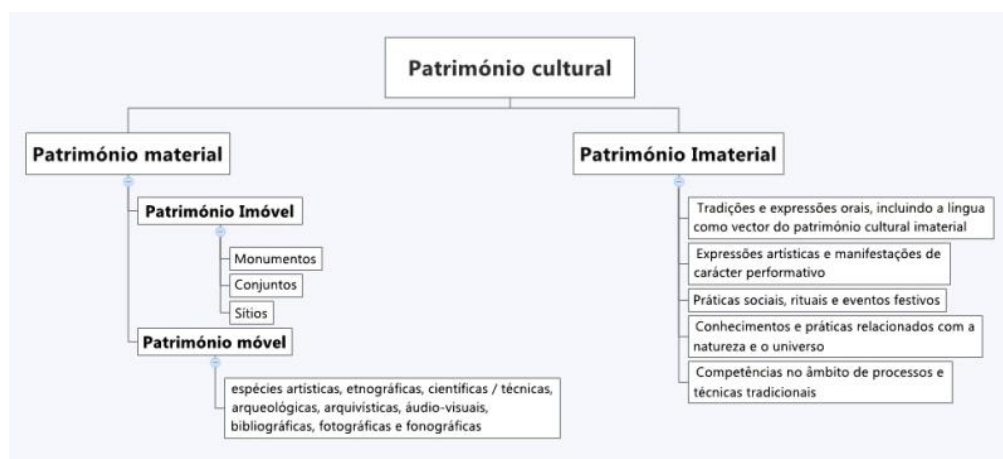


Este segundo menu tem o grande objetivo de apresentar as áreas de intervenção da DRCN legalmente definidas: o património cultural, os museus e a produção artística. Estas três áreas correspondem aos três separadores deste menu. Houve o cuidado de se homogeneizar os conteúdos deste menu: apresentar a sua definição legal, as competências da DRCN em cada uma das áreas e o porquê da sua importância para a região norte<sup>105</sup>.

O primeiro, “**Património cultural**”, começa por apresentar a definição e divisão tipológica, segundo a Lei de Bases do Património Cultural, Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro: património imaterial, património imóvel e património móvel. O organigrama presente na página ajuda o leitor a compreender esta divisão.

<sup>104</sup> Acrónimo da expressão “Frequently asked questions”.

<sup>105</sup> Menu “Património Cultural” disponível online em: <http://www.culturanorte.pt/pt/areas-de-intervencao/patrimonio-cultural/>. Última consulta a 29 de agosto, pelas 16h00.



Organigrama 2- Divisão do património cultural

Este menu divide-se em três tipologias, que representam os grandes eixos da DRCN:

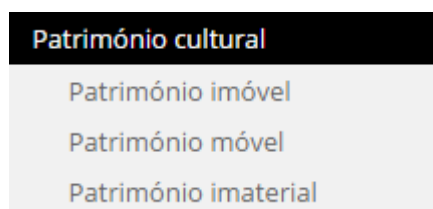


Ilustração 8- Divisão de "Património Cultural"

- **“Património imóvel”**: a DRCN destaca o número de monumentos nacionais e imóveis de interesse público na região norte, salientando os 4 bens inscritos na lista de Património Mundial da UNESCO<sup>106</sup>. A instituição evidencia assim o potencial que o património imóvel tem, a seu ver, no desenvolvimento na região em que atua, o que faz com que a sua conservação e preservação seja um esforço contínuo.
- **“Património móvel”**: menciona-se o enquadramento legal através da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro. Para este tipo de património, a DRCN tem competências específicas e formas de intervenção que passam pela *“gestão dos bens imóveis afetos à instituição, emissão de pareceres prévios sobre intervenções em bens móveis classificados, prestação de apoio técnico a diversas entidades no*

<sup>106</sup> Lista de Património Mundial da UNESCO disponível online em: <http://whc.unesco.org/en/list/>.. Última consulta a 21 de agosto, pelas 22h20.

*estudo, inventário, conservação, segurança, interpretação e exposição dos bens culturais*”<sup>107</sup>.

- **“Património imaterial”**: a DRCN destaca o papel da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, publicada pela UNESCO, em 2003, para a consciencialização da importância de salvaguarda deste tipo de património. Devido ao seu carácter vinculativo, os ideais da convenção foram aplicados à lei jurídica dando origem ao Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, estabelecendo assim o regime de salvaguarda do património cultural imaterial. Nesta parte do *site* salienta-se ainda o que o património imaterial pode compreender, desde tradições orais a práticas sociais, expressões artísticas, etc. Posto isto, é sublinhado que na região do norte temos os exemplos da *“língua mirandesa, a gastronomia, as festas e rituais religiosos e a música tradicional, como áreas onde as manifestações culturais tradicionais são particularmente ricas e dinâmicas”*<sup>108</sup>. A DRCN deve ainda prestar apoio à DGPC na inventariação destas manifestações imateriais através do seu registo.

No segundo ponto deste menu, **“Museus”**, são destacados os museus que a DRCN tem sob sua tutela: Museu Abade Baçal, Museu da Terra de Miranda, Museu D. Diogo de Sousa/Museu dos Biscainhos, Museu de Lamego e Paço dos Duques de Bragança/Museu Alberto Sampaio. Fazendo hiperligações para a página de cada um deles, do respetivo menu **“Património a Norte”**. Mais uma vez, a DRCN reafirma as suas competências relacionadas com a gestão dos museus, como *“a criação de condições de acesso para todos os públicos... promoção de investigação das coleções e o conhecimento que delas deriva, criando materiais interpretativos ricos, que possibilitem o desenvolvimento de atividades culturais, educativas e lúdicas”*<sup>109</sup>.

A DRCN ficou com as competências de gestão destes museus no ano de 2012 através do Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de outubro. Esta fusão de serviços com os que já detinha, veio modificar o método de trabalho da instituição e não só. Houve a necessidade de gerir mais

---

<sup>107</sup> Menu “Património móvel” disponível online em: <http://www.culturanorte.pt/pt/areas-de-intervencao/patrimonio-cultural/patrimonio-movel/>. Última consulta a 22 de agosto, pelas 14h40.

<sup>108</sup> Menu “Património imaterial” disponível online em: <http://www.culturanorte.pt/pt/areas-de-intervencao/patrimonio-cultural/patrimonio-imaterial/>. Última consulta a 22 de agosto, pelas 14h51.

<sup>109</sup> Menu “Museus” disponível online em: <http://www.culturanorte.pt/pt/areas-de-intervencao/museus/>. Última consulta a 22 de agosto, pelas 13h30.

trabalhadores, recursos materiais assim como recursos económicos. Mas, apesar disso, esta junção veio dar resultados positivos. Há mais para usufruir de cada um dos serviços, de maneira a aumentar o potencial da instituição. Sem esta ligação das várias esferas de atuação da DRCN seria impossível desenvolver projetos com mais que uma vertente, como por exemplo, exposições em museus. Um dos museus da tutela da DRCN que tem sido muito ativo é o Museu de Lamego que realiza frequentemente exposições no seu espaço mas com conteúdos produzidos pela DRCN<sup>110</sup>.

O último subcapítulo denomina-se “**Apoio à produção artística**”. A DRCN tem variadas competências no que diz respeito ao apoio dos agentes culturais de carácter local ou regional para o desenvolvimento de iniciativas culturais. Este assunto está mais desenvolvido no menu “**Serviços**”, que passaremos de seguida a analisar. Para organizações e associações, este tipo de apoios por parte da instituição representa a única ajuda que recebem e sem eles não poderiam levar a cabo atividades culturais que tanto enriquecem as populações mais deslocadas do litoral.

Esta área de atuação era assumida pelos serviços da antiga Delegação Regional de Cultura e foi integrada na DRCN (do antigo IGESPAR) em 2006, através do Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de outubro.

### C) “Serviços”

DRCN	ÁREAS DE INTERVENÇÃO	SERVIÇOS	PATRIMÓNIO A NORTE	NOTÍCIAS	DOCUMENTOS E MULTIMÉDIA	CONTACTOS
INTERVENÇÕES E OBRAS NO PATRIMÓNIO	TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	CLASSIFICAÇÃO DE PATRIMÓNIO	PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO CULTURAL			
GABINETE DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO	ESCOLA PROFISSIONAL DE ARQUEOLOGIA	BIBLIOTECA E ARQUIVO	DIREITO DE PREFERÊNCIA / BENEFÍCIOS FISCAIS			
ALUGUER DE ESPAÇOS	FORMULÁRIOS	TABELA DE PREÇOS				

Este menu foi planeado a pensar no tipo de serviços que esta instituição presta para o exterior, ou seja, o objetivo foi reunir toda a informação necessária para que o público interessado tenha uma visão de quais matérias e assuntos que a DRCN pode prestar apoio. A informação precisa de ser objetiva e esclarecedora para que pudesse ser entendida por todo o tipo de público. Devido à variedade de áreas de atuação pela DRCN, pretendeu-se disponibilizar

<sup>110</sup> Exposição “O restauro nas coleções do Museu” do Museu de Lamego disponíveis *online* em: <http://www.museudelamego.pt/?p=5757>. Última consulta a 24 de setembro, pelas 23h30.

ao público a informação necessária para aceder aos serviços prestados pela instituição, quer sejam atos administrativos obrigatórios ou apoio técnico. Passamos a especificar:

Em “**Intervenções e obras no património**”, informa-se que devido às características de um bem classificado, há uma série de metodologias que devem ser adotadas. Estas metodologias são consensuais através das doutrinas internacionais, que estipulam métodos de atuação e são sintetizadas nesta página. Em suma, neste submenu, é visível a postura e a ideologia que a DRCN tem sobre este assunto, acompanhando as doutrinas internacionais. Estas doutrinas apresentam princípios pelos quais as instituições se podem seguir. No caso da DRCN<sup>111</sup>, é necessário que os projetos tenham por base um estudo rigoroso, que indique quais as técnicas usadas na construção original e se existiram alterações. A DRCN dá prioridade à manutenção preventiva, ou seja, a reparação em vez da substituição e ao uso de técnicas reversíveis. Este tipo de trabalho deve ser realizada no âmbito de uma equipa multidisciplinar, com técnicos qualificados em que se respeita a autenticidade do bem imóvel e em que haja o registo de todas as intervenções.

Dentro deste menu está ainda um separador dedicado a “**Emissão de pareceres**”:

<b>Emissão de pareceres</b>	Análise e avaliação propostas de projetos e de obras em bens classificados e nas suas respetivas zonas de proteção, conforme obrigação legal.
-----------------------------	---

**Tabela 8 - Submenu de "Emissão de pareceres"**

Com o objetivo dos bens estarem salvaguardados durante estes processos, a DRCN tem a obrigação de emitir pareceres prévios e vinculativos sobre intervenções nas zonas de proteção dos imóveis classificados ou em vias de classificação, assim como pareceres sobre projetos de obras, bens classificados ou em vias de classificação. Tem ainda a competência de prestar apoio técnico nas intervenções ou obras de outros bens culturais que não lhe estejam afetos.

A DRCN é uma das entidades que tem um corpo técnico capaz de avaliar e realizar as intervenções no património cultural que se achem necessárias e fornecer apoio técnico.

---

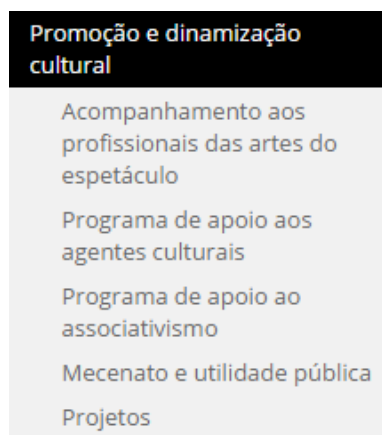
<sup>111</sup> Menu “Intervenções e obras no Património” disponível *online* em: <http://www.culturalnorte.pt/pt/servicos/intervencoes-e-obras-no-patrimonio/>. Última consulta a 27 de setembro, pelas 16h27.

Destacando o trabalho na área da arqueologia, encontramos o submenu “**Trabalhos arqueológicos**”. Mais uma vez, a DRCN descreve as suas competências neste tipo de projetos (autorização e fiscalização de trabalhos arqueológicos, coordenação de equipas técnicas, etc), sendo que esta instituição tem funcionários formados para realizar os trabalhos necessários. Para além disso, interessa salientar que para qualquer autorização de projetos é necessário um parecer vinculativo da Direção Regional competente precedido de autorização da DGPC para a realização de trabalhos arqueológicos, conforme regulamentado pelo Decreto Regulamentar n.º 114/2012, de 25 de maio, no artigo 2.º.

É dado uma grande importância ao submenu “**Classificação de património**”. Depois de uma explicação sobre o ato de classificar (algo que já foi abordado no primeiro capítulo deste relatório), é feita uma síntese dos elementos necessários para propor um pedido de classificação e da disponibilização do requerimento usado para formular pedidos de classificação. Para a DRCN, a classificação é uma etapa fundamental no caminho da proteção dos bens imóveis, daí o grande destaque de que é alvo neste *site*.

Partindo da importância que a classificação tem para esta instituição, realizámos, como tarefa de estágio, um estudo sobre as tendências de classificação dos últimos 14 anos. Este trabalho, que se encontra no segundo capítulo deste relatório, explica-nos a necessidade de se saber o que se classifica, o porquê e o como.

Em “**Promoção e dinamização cultural**” dá-se seguimento e complementa-se informação do menu “**Apoios à produção artística**”, destacando-se 5 aspetos:



**Ilustração 9 - Divisão de "Promoção e dinamização cultural"**

<b>Acompanhamento aos profissionais das artes do espetáculo</b>	Fixa o acompanhamento das atividades e a fiscalização das entidades apoiadas pelo SEC
<b>Programa de apoio aos agentes culturais</b>	Conforme as competências da DRCN relacionadas com os agentes culturais, a instituição disponibiliza informações e formulários para possíveis candidaturas
<b>Programa de apoio ao associativismo</b>	Devolução do IVA aos grupos e associações. Disponibiliza os formulários necessários para o fazer, assim como instruções de preenchimento.
<b>Mecenato e utilidade pública</b>	Retoma-se o conteúdo do primeiro menu, “ <b>DRCN</b> ”, adicionando-se os respetivos formulários para submissão de projeto de mecenato.
<b>Projetos</b>	Apresentação de alguns dos projetos que a DRCN tem desenvolvido. Estes projetos podem ser requisitados para eventos culturais, escolas, bibliotecas e neste espaço está disponível para consulta o regulamento e a formulário de requisição.

**Tabela 9 - Submenus de "Apoios à produção artística"**

No submenu “**Gabinete de apoio ao empreendedorismo**” a DRCN pretende informar o apoio que faculta aos agentes culturais do norte. De facto, esta instituição tem tomado atenção às necessidades destes agentes, fornecendo informações e apoio sobre oportunidades de financiamento, elaboração de projetos e estabelecimento de parcerias e protocolos. O grande objetivo deste gabinete é fomentar o desenvolvimento económico do sector cultural na região norte.

No submenu que se segue, a DRCN dá destaque à “**Escola Profissional de Arqueologia**” e faz uma breve resenha sobre a fundação da escola e da sua oferta curricular. Para além de ser a única Direção Regional com uma escola a seu cargo, há outros motivos que

explicam a sua importância. Esta é uma escola profissional que oferece formação na área da arqueologia<sup>112</sup>, logo é responsável pela formação de técnicos na área do património cultural, com competências específicas. Com o curso vocacional do 9º ano os estudantes passam a estar habilitados para serem técnicos operacionais de património e turismo. Já com o curso profissional equivalente ao 12º ano, os estudantes podem enveredar por cursos de assistente de arqueólogos e técnico intermédios de museografia e gestão do património. É importante mencionar a questão social desta escola, pois a sua oferta formativa permite uma rápida inserção no mercado de trabalho aos seus alunos graças aos protocolos com variadas instituições. Não podemos deixar de referir ainda a própria localização desta escola, a área arqueológica do Freixo<sup>113</sup>, no Marco de Canaveses. Nesta área situam-se as ruínas da cidade romana de Tongobriga, o que permite aos estudantes um contacto direto com a sua área de formação.

Em “**Biblioteca e arquivo**”, são apresentados os 7 locais onde podem ser consultados o espólio documental da DRCN, assim como os respetivos catálogos *online*. O seu acervo é constituído por material da área do património e da história da arte. No dever de garantir o acesso à cultura e promover as respetivas sensibilidades culturais, estes espaços funcionam como um veículo de transmissão de conhecimento em dois aspetos. O primeiro, é que está disponível para os funcionários da DRCN facilitando a atualização de informação sobre a sua área de formação. O segundo, é que está igualmente livre para a consulta pública, podendo-se encontrar aqui uma variedade de fontes de informação, desde monografias, relatórios e audiovisuais.

Já o arquivo da instituição (situado na Casa de Ramalde) é constituído por processos de classificação, processos de licenciamentos, projetos de obra e registos fotográficos. Encontra-se dividido por tipologias de processos e catalogado através do sistema de informação do antigo IPPAR. Este arquivo funciona como um histórico da instituição, pois estão presentes todos os documentos que comprovam a sua atividade desenvolvida desde que se encontra nas instalações da Casa de Ramalde. A documentação interna presente em arquivo está disponível ao público para consulta.

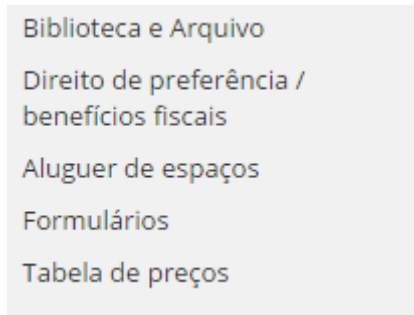
Os 4 últimos submenus dividem-se em:

---

<sup>112</sup> Para mais informações sobre esta escola, consultar <http://www.epa.pt/index.php/escola/a-escola-profissional-de-arqueologia#>. Última consulta a 16 de setembro, pelas 21h30.

<sup>113</sup> Área arqueológica do Freixo. Disponível online em <http://tongobriga.com.sapo.pt/>. Última consulta a 27 de setembro, pelas 16h08.





**Ilustração 10 - Submenus de "Serviços" I**

<b>Direito de preferência/benefícios fiscais</b>	Disponibilização do formulário para beneficiar do direito de preferência.
<b>Aluguer de espaços</b>	Espaços para aluguer para os mais variados eventos, desde exposições a congressos, casamentos, entre outros. Tirando partido da beleza e da autenticidade presentes no património edificado, esta é para a DRCN uma fonte de rendimento. A página remete para o menu “ <b>Património a norte</b> ”, que analisaremos mais à frente.
<b>Formulários</b>	Documentação mencionados ao longo de todo o <i>site</i> .
<b>Tabela de preços</b>	Valor dos ingressos dos monumentos e museus afetos à DRCN.

**Tabela 10 - Submenus de "Serviços" II**

## D) “Património a norte”

DRCN	ÁREAS DE INTERVENÇÃO	SERVIÇOS	PATRIMÓNIO A NORTE	NOTÍCIAS	DOCUMENTOS E MULTIMÉDIA	CONTACTOS
MUSEUS	MOSTEIROS	SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS	CATEDRAIS/IGREJAS	CASTELoS	ARQUITETURA CIVIL	

Neste menu é dado especial relevo ao património afeto à DRCN. No texto introdutório é salientada a diversidade de tipologias que se estendem pelo norte do país. O mapa que encontramos na página ajuda a ter essa ideia visual. É de destacar ainda a lista que divide os bens afetos em tipologias e que nos permite ir às páginas personalizadas de cada um deles. Contando com 63 imóveis afetos, estes dividem-se em 9 mosteiros, 22 igrejas, 15 castelos, 7 sítios arqueológicos, 4 arquiteturas civis e 7 museus. Estes números são exemplificativos no que diz respeito à variedade de imóveis que a DRCN tutela e à flexibilidade que a instituição necessita para conseguir geri-los.

Este menu passa por dois objetivos: um deles é a clara vertente de divulgação do património da região norte. O outro é a unificação e clarificação da informação, pois ela encontrava-se dispersa e confusa.

Todas as páginas destinadas aos monumentos têm o mesmo *layout*, pelo que todas contêm o mesmo tipo de informação.

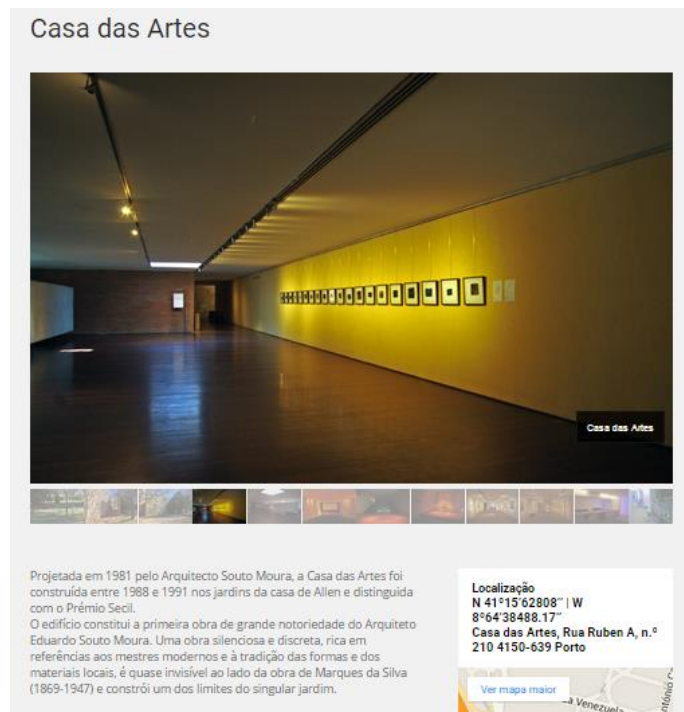
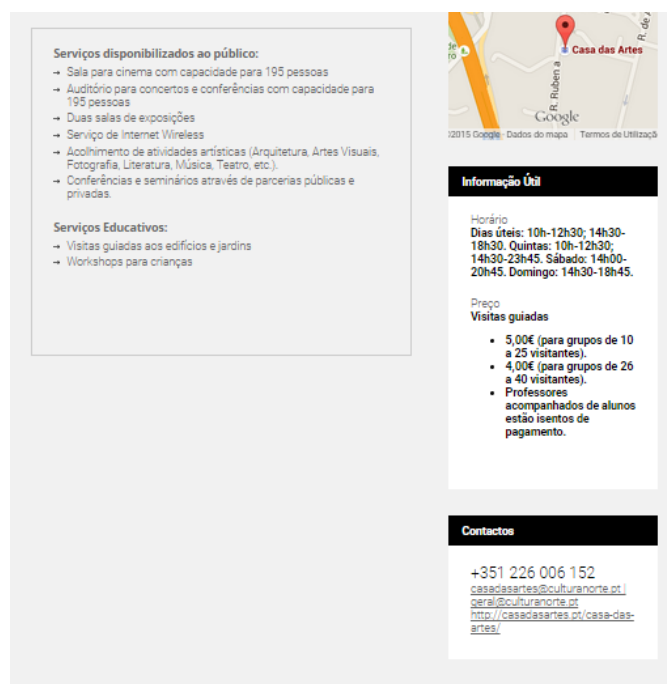


Ilustração 11 - *Layout de "Património a Norte" I*



**Ilustração 12 - Layout de "Património a Norte" II**

Estas informações são extremamente necessárias pois é imprescindível garantir aos utilizadores todas as informações úteis corretamente.

A elaboração deste menu constituiu a primeira fase de construção do *site*: revisão de todos os dados sobre o património afeto, que se encontravam desatualizados no site anterior. Esta revisão decorreu de setembro a outubro de 2014. Através de quatro fontes – Guia de Monumentos a Norte<sup>114</sup>, o próprio *site* e dois ficheiros excel disponibilizados pela DSBC – recolhemos e compilámos a informação dos sessenta e três bens imóveis afetos à DRCN para uma ficha criada para este propósito.

É necessário explicar que todo este trabalho de pesquisa e organização de dados acabou por se tornar uma base de dados interna para esta instituição, pois não havia um levantamento de dados homogêneo e fidedigno para uso dos próprios funcionários. Com as fichas acabadas houve uma seleção da informação, ou seja, fez uma distinção da informação que seria colocada *online* e da informação que estaria disponível apenas aos funcionários da DRCN.

<sup>114</sup> O guia encontrava-se disponível *online* para download e ainda na App Store para sistema iOS. Download disponível em: <http://www.portoenorte.pt/client/files/0000000001/2142.pdf>. Última consulta a 16 de julho, pelas 22h40.

Outro aspeto a que demos bastante importância na realização destas fichas foi a confirmação de todos os contactos, entre eles, telefónicos, morada e *sites* online. Para tal, procedemos ao contacto telefónico com os serviços competentes e câmaras municipais responsáveis pelos bens imóveis que estavam ou incorretos ou em falta.

Essencial para a divulgação do património da região norte do país, é o espaço Património a Norte<sup>115</sup>. Localizado no Mosteiro da Serra do Pilar, ex-libris da cidade de Gaia, este local pretende ser um ponto de partida para a visita de todos os imóveis afetos à DRCN. Com uma grande parte de visitantes estrangeiros este espaço promove várias vertentes:

- Os 4 conjuntos da zona Norte classificados como Património Mundial (Alto Douro Vinhateiro, Centros Históricos de Guimarães e do Porto e Sítios Pré-Históricos de Arte Rupestre do Vale do Rio Côa): com recurso a um pequeno filme, é apresentada uma narrativa que liga estes quatro locais e mostra ao visitante o porquê da classificação da UNESCO.
- Os 63 monumentos nacionais afetos à DRCN: esta divulgação dos 63 imóveis é realizada através de uma exposição de fotografias rotativas em monitores que destacam a sua diversidade tipológica e também a extensão que ocupam no território.
- Mosteiro da Serra do Pilar: paralelamente são realizadas visitas acompanhadas a este espaço monástico. Estas visitas vieram permitir o acesso a um espaço que anteriormente se encontrava encerrado e também promover o contacto direto com os visitantes despertando assim a sua vontade de se dirigirem aos outros locais divulgados.

Com um forte aposta nos produtos oficiais da DRCN, o espaço Património a Norte conta com toda a informação sobre os locais a visitar em papel, disponível para os visitantes, e ainda um mapa de grandes dimensões que demonstra a distribuição dos bens imóveis pelo território, funcionando assim com um suporte visual para uma explicação mais detalhada. Como já referido, este mapa está presente no *site* no menu “Património a Norte”<sup>116</sup>.

---

<sup>115</sup> Para informações úteis consultar: <https://www.facebook.com/PatrimoniaaNorte>. Última consulta a 18 de setembro, pelas 21h25.

<sup>116</sup> Menu “Património a norte” disponível online em: <http://www.culturanorte.pt/pt/patrimonio-a-norte/>.



Ilustração 13 - Espaço "Património a Norte"

### E) “Notícias”

DRCN	ÁREAS DE INTERVENÇÃO	SERVIÇOS	PATRIMÓNIO A NORTE	NOTÍCIAS	DOCUMENTOS E MULTIMÉDIA	CONTACTOS
NOTÍCIAS	AGENDA	CLIPPING	NEWSLETTER			

Neste menu do *site* é visível a importância que a comunicação com o público tem para a DRCN. Divide-se em:

Notícias
Agenda
Clipping
Newsletter

Ilustração 14 - Submenus de "Notícias"

<b>Notícias</b>	Notícias relacionadas com a DRCN.
<b>Agenda</b>	Eventos da responsabilidade da DRCN ou que esta promove.
<b>Clipping</b>	Notícias da DRCN publicadas por outros meios de comunicação.
<b>Newsletter</b>	Local onde os utilizadores se podem inscrever para receber a <i>newsletter</i> da DRCN.

Tabela 11 - Submenus de "Notícias"

A DRCN privilegia esta relação através da criação de áreas em que é possível o utilizador estar em contacto com as novidades da DRCN e estar a par de eventos, aberturas de exposição, projetos finalizados, mudança de horários, entre outras informações. É de mencionar ainda que este menu está pensado para permitir uma maior facilidade em termos de partilha em outros *sites* e redes sociais.

Mas a DRCN tem a sua estratégia de comunicação muito bem delineada. Com uma forte presença nas redes sociais, a instituição conta com a sua presença no *twitter*, no *youtube* e no *facebook*. Para além disso, alguns dos seus serviços apresentam *websites* autónomos, como é o caso dos museus tutelados pela instituição, do qual destacamos o Museu de Lamego<sup>117</sup>. Outros serviços como a Casa das Artes<sup>118</sup>, o espaço Património a Norte<sup>119</sup>, o Mosteiro de Tibães<sup>120</sup>, a Estação Arqueológica do Freixo<sup>121</sup> e a Escola Profissional de Arqueologia<sup>122</sup> dispõe também dos seus próprios *website*.

#### F) “Documentos e multimédia”



O menu “**Documentos e multimédia**” apresenta-nos 4 submenus, que têm como objetivo dar a conhecer outros aspetos aos utilizadores:

<b>Publicações Online</b>	Artigos de interesse para o público especializado da área da arqueologia, arte, património, entre outros.
<b>Legislação</b>	Enquadramento legal que é mencionado no <i>site</i> , nomeadamente legislação orgânica da DRCN e legislação relacionada com património cultural.

<sup>117</sup> *Website* do Museu de Lamego disponível online em <http://www.museudelamego.pt/>. Última consulta a 20 de setembro de 2015, pelas 16h42,

<sup>118</sup> *Website* da Casa das Artes disponível online em <http://casadasartes.pt/>. Última consulta a 20 de setembro de 2015, pelas 16h40.

<sup>119</sup> *Website* do Museu de Lamego disponível online em <https://www.facebook.com/PatrimonioaNorte>. Última consulta a 20 de setembro de 2015, pelas 16h45.

<sup>120</sup> *Website* do Mosteiro de Tibães disponível online em <http://www.mosteirodetibaes.org/>. Última consulta a 22 de setembro de 2015, pelas 23h05.

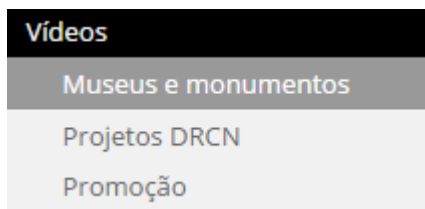
<sup>121</sup> *Website* da Estação Arqueológica de Tongobriga disponível online em <http://tongobriga.com.sapo.pt/>. Última consulta a 22 de setembro de 2015, pelas 23h06.

<sup>122</sup> *Website* da Escola Profissional de Arqueologia disponível online em <http://www.epa.pt/>. Última consulta a 22 de setembro de 2015, pelas 23h08.

<b>Cartas e convenções</b>	Documentos da doutrina internacional de maior relevância para o utilizador do <i>site</i> se poder informar.
<b>Vídeos</b>	Vídeos que permitem conhecer alguns dos serviços dependentes da DRCN e dos projetos que esta instituição desenvolve.

**Tabela 12 - Submenus de "Documentos e multimédia"**

Apesar de considerarmos que o *site* cumpre os objetivos a que se propôs, refletimos que existiriam algumas mudanças que o poderiam tornar ainda mais apelativo. Na pesquisa que realizámos em outros *sites* relacionados, como por exemplo, o site da Fundación Santa Maria la Real (Aguilar de Campo, Panlencia)<sup>123</sup> ou o site do Canal Património<sup>124</sup>, pensamos que seria necessário a criação de mais conteúdos interativos. Foi aí que se tornou evidente que estava em falta uma secção só para vídeos relacionados com o património afeto à DRCN, visto que eles existem e fazem todo o sentido serem divulgados. Dada a sugestão e tendo sido aceite, foi criado no menu “Documentos e Multimédia” um submenu intitulado de “Vídeos”. É fundamental uma instituição aproveitar o lado visual que os seus projetos oferecem e mostrar, para além das palavras, quais as suas áreas de intervenção.



**Ilustração 15 - Submenus de "Vídeos"**

### G) “Contactos”



Finalmente, no menu “**Contactos**”, estão presentes os contactos (morada, código-postal, telefone, fax e *e-mail*) de todos os serviços da DRCN, incluindo a Casa de Allen, o Ex Centro de Conservação e Restauro de Viseu e o Mosteiro de Tibães.

<sup>123</sup> Site disponível em <http://www.santamarialareal.org/>. Última consulta dia 17 de julho, pelas 21h30.

<sup>124</sup> Canal Património. Disponível online em <http://www.canalpatrimonio.com/>. Última consulta dia 27 de setembro, pelas 16h12.

### 3.5) Aspetos gráficos

A nível gráfico, este novo site teve uma grande evolução. Para além de uma nova paleta de cores, vemos que a DRCN tira partido do seu património afeto usando imagens em vários campos do site. As fontes e respetivos tamanhos adequam-se aos espaços, havendo uma utilização de *bolds* para destacar aspetos de maior importância. Este subcapítulo será desenvolvido com mais pormenor a partir do capítulo 4, “Tarefas”.

### 3.6) Tarefas desenvolvidas

Como já afirmado, grande parte do estágio realizado foi dedicado ao apoio à construção do novo *site* da DRCN. Quando o plano de estágio foi delineado não estava previsto que esta atividade ocupasse tanto tempo, mas consoante as necessidades da DRCN e as capacidades que possuíamos para este tipo de tarefa, a nossa ajuda tornou-se necessária, de maneira que foi ocupando cada vez mais os dias de trabalho. As tarefas realizadas revelaram-se variadas e as atualizações e modificações tornaram-se constantes.

A DRCN teve acesso ao *backoffice* do *site* no dia 14 de novembro, dia em que se realizou uma reunião com o porta-voz da empresa responsável pela criação do site, a *Seara.com*. Decidiu-se que nos primeiros momentos de criação do site, iria ficar restrito a nós e à técnica responsável pela assessoria de comunicação, que iria ficar encarregue de toda a parte relacionada com as notícias e eventos. Nessa reunião, em que estivemos presentes, tomamos conhecimento de como utilizar o *backoffice* e o *frontoffice*. Desde o início pensamos que era um website bastante intuitivo, não fugindo às outras plataformas *freeware* que anteriormente já tínhamos tido oportunidade de explorar, em contexto académico.

#### A primeira fase: do backoffice para o frontoffice

A screenshot of a web form titled "INFORMAÇÕES" with various contact fields. The fields include: Telefone (+351 226 006 152), Fax, Horário, Casa de Albergue (Todos os dias das 14h às 19h00), Email (casadasartes@culturanorte.pt | geral@culturanorte.pt), Morada (Casa das Artes, Rua Ruben A, n.º 210 4150-639 Por), and Coordenadas reais (N 41°15'52.808" | W 8°54'38.688.13"). At the bottom, there is a Google Maps Embed code.

A screenshot of the frontoffice "Informação Útil" section. It contains the following information: Horário (Todos os dias das 14h às 19h00), Preço (5,00€ for groups of 10 to 25 visitors, 4,00€ for groups of 26 to 40 visitors), and Visitas guiadas (Professores acompanhados de alunos estão isentos de pagamento).



### Ilustração 19 – Informação útil no *backoffice* e no *frontoffice*

Depois da recolha de dados, as informações tiveram ser colocadas no *backoffice*. Esta tarefa foi realizada pelos técnicos da empresa *Seara.com*, para servir de teste para a primeira reunião que iríamos ter. A adaptação dos campos seleccionados nas fichas foi realizada em conjunto. Optou-se por colocar *online* os seguintes:

<b>Nome :</b>	<input type="text" value="Casa das Artes"/>
<b>Preço :</b>	<div><div>Visitas guiadas</div><ul style="list-style-type: none"><li>• 5,00€ (para grupos de 10 a 25 visitantes).</li><li>• 4,00€ (para grupos de 26 a 40 visitantes).</li><li>• Professores acompanhados de alunos estão isentos de pagamento.</li></ul></div>
<b>Descrição Curta :</b>	<div><div><p><u>Projetada</u> em 1981 pelo Arquitecto Souto Moura, a Casa das Artes foi construída entre 1988 e 1991 nos jardins da casa de Allen e distinguida com o Prémio Secil.</p><p>O edifício constitui a primeira obra de grande notoriedade do <u>Arquiteto</u> Eduardo Souto Moura. Uma obra silenciosa e discreta, rica em referências aos mestres modernos e à tradição das formas e dos materiais locais, é quase invisível ao lado da obra de Marques da Silva (1869-1947) e constrói um dos limites do singular jardim.</p></div></div>
<b>Descrição Longa :</b>	

Gravar



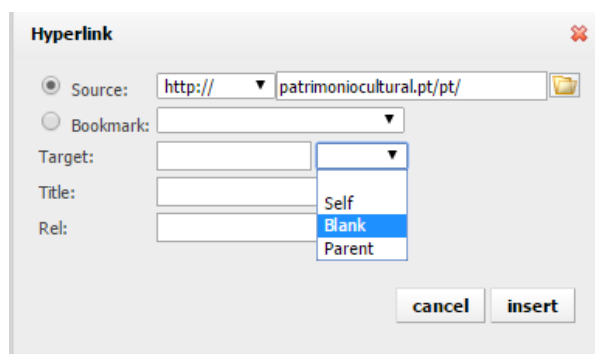


**Ilustração 16 - Mapa com coordenadas GPS e ligação ao Google Maps da Casa das Artes**

### **A segunda fase: criação de conteúdos**

Posto isto, a segunda fase de construção centrou-se na criação de conteúdos. Como já referido, um dos objetivos deste novo site foi atualizar informação no que diz respeito às funções da DRCN, como por exemplo, à classificação de património (o qual foi facilitado pelo facto de ser uma das nossas tarefas no estágio), às intervenções e obras, à promoção e dinamização cultural, entre outros. Enquanto que noutros sites como o da Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRCA), <http://www.cultura-alentejo.pt/>, alguns menus apresentam apenas links para ficheiros, o site da DRCN proporciona agora aos utilizadores um texto descritivo sobre o que pode encontrar em cada um, tentando facilitar o acesso e a compreensão da informação e acima de tudo, expôr as ideias e opiniões que a própria instituição tem sobre os seus serviços.

Formatámos, revimos e submetemos no *backoffice* os textos que preenchem os menus e submenus. Estes textos foram uma fonte que contribuíram ainda mais para o nosso conhecimento sobre esta instituição. Para além disso, foi necessária a contínua criação de hiperligações nos textos para vários sites, nomeadamente para o site da DGPC, ou ainda para ficheiros descarregáveis.



**Ilustração 172- Menu para inserir hiperligações**

### **A terceira fase: as imagens do *site***

A terceira fase de construção do *site* passou pela inserção de fotografias em cada bem imóvel e pelo *design* dos restantes menus. As fotografias deviam ser atrativas do ponto de vista da promoção cultural e do turismo, pelo que devem possuir um nível elevado de qualidade e exemplificar as várias partes constituintes dos imóveis. A maior parte das fotografias foi recolhida através do arquivo da DRCN. Este levantamento é diversificado: se para alguns casos era exaustivo, para outros era muito escasso e com pouca qualidade. Posto isto, foi necessário, pontualmente, pedir fotografias a outras instituições, como câmaras municipais, museus ou a Rota do Românico e, inclusive, fazer deslocações aos imóveis, nomeadamente ao Castelo de Monforte de Rio Livre, em Chaves, e à Igreja Matriz de Sambade, em Alfândega da Fé.

Todas as fotografias passaram por um processo de seleção e posteriormente, de edição. Devido à programação das galerias do *site*, as fotografias tinham de ser editadas com as mesmas medidas, 720px por 460 px. (19,05 cm por 12,17 cm) Ainda na edição optamos por realçar as cores, aumentando a saturação e o contraste.

Para o *design* dos menus optou-se por outra estratégia: a colocação de *banners*, de forma a não haver uma ocupação significativa da página, dificultando a leitura, mas também não deixando a página só com texto e sem qualquer dinâmica. Mais uma vez, houve uma homogeneização em relação ao tamanho dos *banners*, 800px por 250 px (21,16 cm por 6,61 cm), assim como uma escolha criteriosa nos cortes feitos de forma a potencializar o aspeto gráfico das páginas.

## Trabalhos arqueológicos



A realização de trabalhos arqueológicos está regulamentada pela **Lei 107/2001** de 8 de setembro (artigos 74º a 79º) e pelo **Decreto-Lei 164/2014** de 4 novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos).

### **Ilustração 23 - Banner colocado no sub menu "Trabalhos arqueológicos"**

Na altura em que a empresa adicionou o mapa interativo no menu “Património a Norte”, este ainda se encontrava incompleto. A maioria dos *bullets* não tinha qualquer relação com a cor destinada a cada tipologia de bens imóveis e encontravam-se geograficamente incorretos. Posto isso, foi-nos pedido que, através do *software* Adobe Photoshop, realizássemos um novo mapa, para envio posterior à empresa, com as cores atribuídas e com os imóveis corretamente distribuídos. Atualmente, este mapa ainda não está 100% executado, pois o objetivo é que cada *bullet* no mapa seja interativo e faça hiperligação para cada página do respetivo imóvel.

### **A quarta fase: corrigindo os últimos erros**

Em fevereiro do corrente ano, o *site* ficou internamente acessível, sendo que foram dadas as palavras passes de acesso aos diretores dos museus afetos à DRCN validarem todas as partes constituintes do *site*. O objetivo foi proporcionar uma revisão final dos conteúdos disponíveis no menu “Património a Norte”, tanto a nível de descrições como outros pormenores, como por exemplo, preços e horários.

Todos os diretores responsáveis pelos museus afetos à DRCN prestaram apoio na correção de pequenos erros, como horários ou preços, sendo estes erros normais para nós, que nos confrontávamos diariamente com muita informação.

### A quinta fase: atualizações permanentes

Após o *site* ser lançado, em Maio deste ano, continuamos a receber algumas sugestões e correções de funcionários da DRCN. Posto isto, continuamos com algumas modificações e esporadicamente, a propósito de algum evento especial, fomos inserindo novos conteúdos no *site*.

### 3.7) Estatísticas

Para ser possível percebermos o alcance que o *site* tem tido, resolvemos tirar partido das estatísticas geradas automaticamente, de 28 de abril até 14 de setembro do corrente ano:

- O site reúne **22.217** visitas;
- O mês mais visitado foi agosto, com **5771** visitas;
- O dia mais visitado foi 10 de agosto, com **1035** visitas;
- **40%** dos acessos ao *site* são efetuados através dos links da página no *Facebook* da DRCN;
- **33%** dos acessos à página são efetuados através de dispositivos móveis pela página no *Facebook* da DRCN.

### 3.8) Opinião e sugestões

Um aspeto que pensamos que poderia ser melhorado é o painel rotativo da *homepage*. Atualmente faz destaque para cada categoria de monumentos no menu “Património a Norte”, mas acaba por ser repetitivo pois a baixo desse painel encontram-se outros quatro destaques que abrem para a mesma página. Este espaço deveria ser utilizado para a promoção e dinamização cultural da DRCN ou, ainda, para as intervenções e obras em curso. Outra opção seria nesse espaço estarem disponíveis os *links* para as outras páginas eletrónicas que a DRCN possui, como é o caso do Património a Norte, da Casa das Artes, do Mosteiro de Tibães e ainda da Estação Arqueológica do Freixo.



**Ilustração 18 - Painel rotativo da *Homepage***

Já que este *site* aposta na vertente promocional dos bens imóveis, seria ainda interessante ver-se serem promovidos, por exemplo, concursos e mostras de fotografia em que os utilizadores teriam de fazer *upload* de ficheiros no *site* que, após aprovação, ficariam disponíveis e mais tarde poderiam ser partilhados para as redes sociais. Neste campo sugeríamos a utilização da rede social *Instagram*. O *Instagram*, criado no ano de 2010, permite a partilha de fotografias tiradas na hora no seu *website* e em outras redes sociais. A pesquisa e o acesso às fotografias podem-se realizar através de *hashtags* previamente seleccionadas que se revelam muito úteis para concursos mais inovadores.



**Ilustração 25 - *Instagram* do Turismo de Portugal**

Outro aspeto que hoje em dia está a ganhar terreno na tecnologia e metodologias das ciências do património são as reconstituições 3D<sup>125</sup>. Apesar de ainda não ser muito utilizada no nosso país, a reconstituição 3D abre um caminho infinito de possibilidades no que diz respeito à divulgação do património. A visualização a partir de um computador ou outro meio de comunicação de algo que se encontra fisicamente longe não faz esquecer a visita física ao local. Por outro lado, deve ser encarado como um motivo de visita futura. Também é importante mencionar que esta ferramenta não só é útil para as plataformas *online* mas também para locais como Centros Interpretativos, aumentando o seu carácter pedagógico e proporcionando outras experiências, como, por exemplo, videojogos. É nossa opinião que o *site* carece de elementos interativos, como por exemplo, plantas, mapas, elementos 3D, recursos pedagógicos, que existem noutros sites e iriam beneficiar a experiência *online* que o visitante tem.

Quando confrontados com as limitações do site, o nosso pensamento inevitavelmente leva-nos à falta de permissão para serem possíveis mudanças no design do próprio site ao nível de programação, especialmente na *homepage*. Isto iria trazer uma maior celeridade para efetuar alterações que ao longo da criação do *site* se iam revelando necessárias. A título de exemplo, houve necessidade de reduzir os destaques de baixo do painel rotativo de fotografias na *homepage*. Ao realizarmos essa mudança através do *backoffice*, os destaque não centralizavam automaticamente pois era algo que envolvia programação em HTML. Por este motivo, não foi realizada a mudança.

Outro ponto em que existem limitações é no painel de edição de textos, como por exemplo, na opção de copiar e colar texto e também na opção de realizar tabelas.

---

<sup>125</sup> Para saber mais sobre este assunto *vide* DIAS, Ricardo – *Reconstituição Digital em Património: Os Castelos de Vimioso e Monforte de Rio Livre*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2015.



## Conclusão (ou Considerações finais)

Chegamos ao final deste relatório de estágio curricular, realizado na DRCN, no âmbito do Mestrado em História da Arte Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com certezas e também algumas dúvidas, pertinentes para uma futura continuação deste estudo.

Os objetivos para este relatório centraram-se em entender o funcionamento dos processos de classificação de património edificado e os seus trâmites legais, atualizar o estudo sobre as tendências de classificação com dados dos últimos 14 anos e, por fim, refletir sobre a importância que a estratégia de comunicação tem para uma instituição de tutela, de maneira a conseguir despertar o interesse pelo património via *online*.

No primeiro capítulo, identificámos os principais momentos e instituições que marcaram a defesa do património nacional. Por este percurso destacam-se instituições como a DGEMN, uma das mais influentes no património no século XX que deixou uma marca histórica nos nossos monumentos. Após o 25 de abril de 1974, demonstrámos que as competências da gestão do património cultural foram passadas para a tutela da cultura, outro momento inovador e que demonstrou a tomada de consciência relativa à organização da administração pública. A nível de legislação, surge em 1901 o primeiro enquadramento legal do património, oficializando assim a missão de classificar monumentos nacionais. 84 anos depois nasce a primeira Lei de Bases do Património Cultural e em 2001, com a Lei n.º 107/2001, estabelecem-se as bases da política e do regime de proteção e manutenção do Património Cultural. A legislação de regulamentação saí posteriormente, mas para este estudo destacamos o Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, por regulamentar o processo de classificação de bens culturais.

No segundo capítulo, apresentámos as conclusões do nosso estudo sobre as tendências da classificação do património edificado de 2000 a 2014. Utilizando o método de comparação, comprovámos que os anos em que mais se classificaram imóveis foram 2011, 2012 e 2013. Como explicámos, isto deve-se aos cerca de 600 processos que estavam pendentes dos anos anteriores. Em termos tipológicos, as arquiteturas religiosas e habitacional e os equipamentos confirmam as tendências da última década do século XX e representam as tipologias mais classificadas. No caso específico da arquitetura habitacional e dos equipamentos estas tendências demonstram um aumento acentuado. Contrariando a tendência do final de século XX, as classificações dos sítios arqueológicos descem, o que também esclarecemos. Nos 68 processos em vias de classificação que analisámos, a maioria diziam respeito a imóveis de

tipologia religiosa e habitacional, o que nos permitiu constatar que correspondem às tendências de classificação atuais. Em suma, as classificações dos últimos 14 anos caracterizam-se por apresentarem tendências dispersas. Como também referimos ao longo do capítulo, isto deve-se ao facto de atualmente existirem várias tipologias patrimoniais, tornando-se cada vez mais especializadas, materializando-se no “Complexo de Noé” conforme definição de Françoise Choay. Será que nos próximos anos as classificações vão seguir o mesmo percurso? Fica aqui em aberto a hipótese para uma atualização futura.

Com este relatório de estágio desejamos trazer para a história da arte um estudo atualizado sobre os processos de classificação do património cultural, com os seus trâmites legais e um novo olhar sobre o que sido classificado nos últimos 14 anos na região norte do país. Seria ainda pertinente que se realizassem abordagens idênticas, aplicando a mesma metodologia, aos processos de classificação das restantes Direções Regionais de Cultura (Alentejo, Alentejo, Centro) para ser possível aprofundar ainda mais este estudo e para se poderem estabelecer comparações e assim aferir uma tendência à escala nacional. Para além disso, como contributo científico, acreditamos que o resultado na nossa experiência com o *site* da DRCN é apenas um exemplo do que um investigador com formação em história da arte consegue também concretizar. A comunicação é um elemento chave para qualquer área em que o público esteja envolvido e quando o património perde o seu público, ele perde a sua essência.

Para a DRCN este estágio revelou-se importante por vários motivos. Houve uma atualização dos contactos de todos os monumentos nacionais que lhe são afetos, constituindo assim uma nova base de dados interna. Beneficiaram também de uma nova visão sobre as classificações dos últimos 14 anos, sendo possível agora aferir quais são as tendências para que os dados apontam. Por último, são possuidores de uma nova imagem institucional no seu *site*, na qual nós fomos ativos colaboradores.

Finalmente, para nós, este relatório expressa todas as experiências que tivemos ao longo deste último ano. Foi fundamental o contacto com o mundo do trabalho, que nos levou a ganhar mais responsabilidades profissionalmente, e especialmente com uma instituição que tem tanta importância e atividade no setor cultural. Esta oportunidade proporcionou-nos o conhecimento direto do património e dos processos de classificação e ainda, a nossa contratação na instituição. Para além disso, tivemos a hipótese de pertencer a um grupo restrito de pessoas que puderam assistir à criação e todo o desenvolvimento do novo *site* da DRCN, o que nos permitiu um conhecimento de todas as divisões e serviços da instituição.

## **Referências bibliográficas**

### **ARQUIVOS E BIBLIOTECAS**

Arquivo da Direção Regional de Cultura do Norte – Casa de Ramalde

Biblioteca da Direção Regional de Cultura do Norte – Casa d’Allen

Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Biblioteca Municipal Almeida Garrett

Biblioteca Municipal da Maia

Biblioteca Pública Municipal do Porto

### **CARTAS E CONVENÇÕES**

1931 - Carta de Atenas, Escritório Internacional dos Museus/Sociedade das Nações

1964 - Carta de Veneza, II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos/ICOMOS

1972 - Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, UNESCO

1975 - Carta Europeia do Património Arquitetónico, Conselho da Europa

1985 - Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa, Granada, Conselho da Europa

1990 – Carta Internacional sobre a Proteção e a Gestão do Património Arqueológico, ICOMOS

1992 – Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico, Conselho da Europa

1994 - Declaração de Nara Sobre Autenticidade, ICOMOS

2000 – Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído, Conferência Internacional sobre Conservação, UNESCO

2002 – Declaração de Budapeste sobre o Património Mundial, UNESCO

2010 - Orientações Técnicas para Aplicação do Património Mundial

## **DOCUMENTOS LEGAIS**

Lei n.º 107/2007, de 8 de setembro – Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural

Decreto-Lei n.º 115/2011, de 5 de dezembro - Altera o Decreto -Lei nº 309/2009, de 23 de outubro

Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho - Estabelece o Regime Jurídico de Salvaguarda do Património Imaterial

Decreto-Lei n.º 173/2006, de 24 de agosto - Regula o estabelecimento de zonas de proteção de edifícios públicos de reconhecido valor arquitetónico

Decreto-Lei n.º 265/2012, de 28 de dezembro - Altera o Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro

Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro – Procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda

Despacho n.º 7931/2010, de 5 de maio - Estipula o modelo de requerimento inicial para processos de classificação dos imóveis

Portaria de 27 de fevereiro de 1984

## **ENCICLOPÉDIAS E DICIONÁRIOS**

Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora – Com Acordo Ortográfico. Disponível online em: <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa-aao>.

## **RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS**

ABRAÇOS, Fátima - *História da Conservação e Restauro do Mosaico Romano, Subsídios para o conhecimento do estado de conservação dos mosaicos no sul de Portugal*. Tese de Mestrado de História da Arte, Património e Restauro, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Instituto de História da Arte. Lisboa, 2000.

ARAÚJO, Fernanda - *A Nova Lei do Património, que alterações na preservação do património arqueológico?*. Texto policopiado, 2010.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Património. O seu entendimento e a sua gestão*. Porto: Etnos, 1998.

BOTELHO, Maria Leonor – *A Historiografia da Arquitetura da Época Românica em Portugal (1870-2010)*. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010.

CHOAY, Françoise – *Património e Mundialização*. Lisboa: Casa do Sul Editora, 2006.

CHOAY, Françoise – *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2000.

CHOAY, Françoise – *As Questões do Património*. Lisboa: Edições 70, 2000.

CORREIRA, Miguel Brito; LOPES, Flávio – *Património Cultural: critérios e normas internacionais de proteção*. Coimbra: Caleidoscópio, 2014.

CORREIA, Miguel Brito; LOPES, Flávio – *Património Arquitetónico e Arqueológico: cartas, recomendações e convenções internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

CUSTÓDIO, Jorge (coord.) - *100 anos de património: memória e identidade: Portugal 1910-2010*. Lisboa: Instituto do Património Arquitetónico e Arqueológico, 2010.

FERREIRA, David – *O património cultural na Avaliação de Impacte Ambiental em Portugal*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014.

FERREIRA, David; RODRIGUES, Miguel – *A Classificação do Património Imóvel: do Estado Novo aos nossos dias*.

GUILLAUME, Marc – *A política do Património*. Porto: Campo das Letras, 2003.

LINO, Raul – *A propósito da Sé do Funchal. A Restauração de monumentos*. Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1941, vol. IX.

LOPES, Flávio – *Informar para proteger*. Lisboa: SEC, 1994.

LOPES, Flávio – *Património Arquitetónico e Arqueológico: noção e normas de proteção*. Coimbra: Caleidoscópio, 2012.

LOPES, Flávio – *Zonas de proteção ao património arquitetónico: para que servem?*. Coimbra: Caleidoscópio, 2013.

NABAIS, José Casalta – *Introdução ao Direito do Património Cultural*. Coimbra: Almedina, 2010.

NABAIS, José Casalta; SILVA, Suzana Tavares da – *Direito do Património Cultural – Legislação*. Coimbra: Almedina, 2006.

NETO, Maria João – *Memória, propaganda e poder: o restauro dos monumentos nacionais (1929-1960)*. Porto: FAUP, 2001

RIEGL, Alois – *O Culto Moderno dos Monumentos*. Lisboa: Edições 70, 2013.

RODRIGUES, Miguel Areosa - *A proteção do património Arquitetónico e Arqueológico: evolução Administrativa e Concetual*. Dissertação final do Curso de Defesa Nacional 2005/2006, policopiado, Setembro de 2006.

RODRIGUES, Paulo Simões – *O terramoto e a génese da consciência do património em Portugal in 1755: Catástrofe, Memória e Arte*. FLUL: Edições Colibri, 2006.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso – *Monumentos Patreos: a arquitectura religiosa medieval - património e restauro (1835-1928)*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, 1º vol.

SILVA, Maria João Torres – *Os monumentos nacionais em Portugal de 1910 à atualidade: definição legal e atos de classificação* in De Viollet-Le-Duc à Carta de Veneza, Livro de Atas. Lisboa: Laboratório nacional de Engenharia Civil, 2014.

TOMÉ, Miguel Jorge B. Ferreira – *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP Publicações, 2002.

## **RECURSOS ELETRÓNICOS**

Direção-Geral do Património Cultural - <http://www.dgpc.pt>

Direção Regional de Cultura do Alentejo - <http://www.cultura-alentejo.pt>

Direção Regional de Cultura do Centro - <http://www.culturacentro.pt>

Direção Regional de Cultura do Norte - <http://www.culturanorte.pt>

Ex IGESPAR - <http://www.igespar.pt>

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico - <http://www.monumentos.pt>

World Heritage Center - <http://whc.unesco.org>